

CR*e*SAP

Comissão de Recrutamento e Seleção para
a Administração Pública



Relatório de Atividades
2019

Relatório a apresentar à Assembleia da República nos termos do n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, republicados em Diário da República a 3 de setembro de 2015 em anexo à Lei n.º 128/2015, e do artigo 20.º do Regulamento Interno da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, publicado em Diário da República pelo Despacho n.º 14678/2015, de 11 de dezembro.

Este relatório foi aprovado em reunião plenária da CReSAP realizada no dia 18 de fevereiro de 2020.

ÍNDICE

Nota introdutória

| | |
|--|----|
| 1. Enquadramento..... | 6 |
| 2. Composição da CReSAP..... | 8 |
| 3. Visão, Missão e Valores | 16 |
| 4. Metodologia de análise e avaliação de perfis dos candidatos | 18 |
| 5. Procedimentos concursais..... | 21 |
| 5.1. Âmbito de atuação | 21 |
| 5.2. O processo..... | 23 |
| 5.3. Atividade desenvolvida | 23 |
| 5.4. Análise das candidaturas apresentadas em propostas de designação (Short List).... | 28 |
| 6. Pareceres..... | 32 |
| 6.1. Atividade desenvolvida | 33 |
| 6.2. Análise das personalidades indigitadas para cargos de Gestor Público..... | 35 |
| 7. Outras atividades | 38 |
| 8. Recursos..... | 39 |
| 8.1. Recursos humanos | 39 |
| 8.2. Recursos financeiros | 39 |
| 8.3. Recursos tecnológicos..... | 40 |
| 9. Conclusões prospetivas..... | 41 |
| 10. Anexos | 42 |
| Anexo I - Competências de gestão..... | 42 |
| Anexo II - Competências comportamentais..... | 43 |
| Anexo III - Matriz de avaliação global nos procedimentos concursais | 44 |
| Anexo IV - Procedimentos concursais que transitaram para 2019 | 45 |
| Anexo V - Pedidos de abertura de procedimentos concursais em 2019 | 47 |
| Anexo VI - Procedimentos concursais concluídos em 2019 | 50 |
| Anexo VII - Pareceres emitidos em 2019 (por ordem de pedido) | 53 |
| Anexo VIII – Execução Orçamental a 31 de dezembro de 2019 (Euros)..... | 57 |

Lista de Figuras

| | |
|--|----|
| <i>Figura 1 - Estrutura da CReSAP em 31 de dezembro de 2019</i> | 9 |
| <i>Figura 2 - Instrumentos de análise e avaliação</i> | 18 |
| <i>Figura 3 - Competências de gestão</i> | 19 |
| <i>Figura 4 - Análise de Perfil Pessoal (APP)</i> | 19 |
| <i>Figura 5 - Análise de perfil</i> | 20 |
| <i>Figura 6 – Dirigentes superiores em funções na Administração Central</i> | 21 |
| <i>Figura 7 – Análise temporal do procedimento concursal</i> | 23 |
| <i>Figura 8 - Procedimentos concursais desenvolvidos, em 2019, por ministério</i> | 23 |
| <i>Figura 9 - Procedimentos concursais - situação no final de 2019</i> | 24 |
| <i>Figura 10 - Procedimentos concursais concluídos em 2019, por ministério</i> | 24 |
| <i>Figura 11 - Procedimentos concursais concluídos em 2019, por grau do cargo</i> | 25 |
| <i>Figura 12 – Evolução anual dos candidatos avaliados na fase de avaliação curricular, por género</i> | 25 |
| <i>Figura 13 – Evolução anual dos candidatos entrevistados, por género</i> | 26 |
| <i>Figura 14 – Evolução anual dos candidatos propostos para designação, por género</i> | 26 |
| <i>Figura 15 – Candidatos propostos para designação, em 2019, por grupo etário</i> | 27 |
| <i>Figura 16 – Evolução anual dos candidatos designados, por género</i> | 27 |
| <i>Figura 17 – Tempos de resposta às solicitações dos procedimentos concursais concluídos em 2019</i> | 28 |
| <i>Figura 18 – Candidatos apresentados em short list (1 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2019)</i> | 29 |
| <i>Figura 19 – Habilitações académicas dos candidatos (1 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2019)</i> | 29 |
| <i>Figura 20 – Áreas de licenciatura (1 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2019)</i> | 30 |
| <i>Figura 21 – Áreas de mestrado (1 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2019)</i> | 30 |
| <i>Figura 22 – Áreas de doutoramento (1 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2019)</i> | 31 |
| <i>Figura 23 – Funções exercidas (1 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2019)</i> | 31 |
| <i>Figura 24 – Processo de emissão de pareceres</i> | 32 |
| <i>Figura 25 – Avaliação da adequação de perfil nos pareceres emitidos em 2019</i> | 32 |
| <i>Figura 26 – Pareceres emitidos em 2019, por ministério</i> | 33 |
| <i>Figura 27 - Pareceres emitidos em 2019, por ministério</i> | 33 |
| <i>Figura 28 - Evolução anual dos pareceres emitidos, por género</i> | 34 |
| <i>Figura 29 – Personalidades avaliadas nos pareceres emitidos em 2018 e 2019, por grupo etário</i> | 34 |
| <i>Figura 30 – Exercício prévio de cargos de gestor de topo nas personalidades avaliadas para emissão de parecer em 2019</i> | 35 |
| <i>Figura 31 – Habilitações académicas dos indigitados para cargos de Gestor Público</i> | 35 |
| <i>Figura 32 – Áreas de licenciatura nos indigitados para cargos de Gestor Público em 2019</i> | 36 |
| <i>Figura 33 – Áreas de mestrado nos indigitados para cargos de Gestor Público em 2019</i> | 36 |
| <i>Figura 34 – Áreas de doutoramento nos indigitados para cargos de Gestor Público em 2019</i> | 37 |
| <i>Figura 35 - Número de trabalhadores que apoiam o funcionamento da CReSAP, em 2019</i> | 39 |
| <i>Figura 36 - Execução do orçamento da CReSAP 2019</i> | 40 |

Nota Introdutória

O documento que agora se apresenta reflete a atividade da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP), adiante também designada por Comissão, durante o ano de 2019.

É aqui explicitado o enquadramento legal da CReSAP, a sua composição e a descrição da sua visão, missão e valores, referindo-se, igualmente, a metodologia de análise e avaliação dos perfis dos candidatos. É, igualmente, descrito o âmbito de atuação e atividade desenvolvida, no decurso de 2019, relativamente aos procedimentos concursais, bem como a atividade relativa à emissão de pareceres para cargos de Gestores Públicos e de Dirigentes Superiores. Referencia-se quais os recursos existentes - humanos, financeiros e tecnológicos e descrevem-se outras atividades consideradas relevantes.

A apresentação deste relatório para além de plasmar dados quantitativos relativos à atividade da CReSAP, pretende contribuir para uma análise consistente e qualitativa do que foi realizado, apontando sugestões de melhoria para desenvolvimento futuro.

Em 2019, a CReSAP avaliou 1021 pessoas. No âmbito dos procedimentos concursais foram avaliadas curricularmente 802 pessoas, das quais 387 foram entrevistadas. No âmbito da emissão de pareceres para gestores públicos foram avaliadas curricularmente e entrevistadas 219 pessoas.

As eleições para a Assembleia da República, realizadas a 6 de outubro de 2019, e a consequente nomeação do XXII Governo Constitucional, influenciaram a atividade da CReSAP no presente ano, nomeadamente no segundo semestre.

Para o cumprimento da sua missão a CReSAP contou com a colaboração da Direção Geral da Qualificação e Emprego Público (INA) e da Direção Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP). O suporte administrativo foi prestado pela Secretaria Geral do Ministério das Finanças e na sequência das eleições legislativas de 2019 e da consequente alteração de estrutura orgânica do Governo passou a ser feito pela Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. No que diz respeito às questões ligadas à infraestrutura tecnológicas, a CReSAP contou ainda com a colaboração da ESPAP.

Agradece-se a colaboração e a elevada disponibilidade dos vogais não permanentes e dos peritos em todas as atividades realizadas no âmbito dos procedimentos concursais bem como pelos seus contributos e apresentação de sugestões de melhoria, que constituem uma mais valia no desenvolvimento do trabalho efetuado e nos resultados alcançados.

Agradece-se, igualmente, à equipa técnica da CReSAP pelo seu empenho na prossecução dos objetivos definidos, mostrando grande disponibilidade para levar a efeito as atividades que lhes estão cometidas.

1. Enquadramento

A Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) foi criada e os seus Estatutos aprovados pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que modificou os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública, procedendo à quarta alteração da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.

A Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, veio introduzir alterações à Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro e proceder à primeira alteração à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, introduzindo modificações nos procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública. Em anexo à Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, foram republicados os Estatutos da CReSAP com a redação atual.

De acordo com os seus Estatutos, a CReSAP é uma entidade independente que funciona junto do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e que tem por missão:

- O recrutamento e a seleção de candidatos para cargos de direção superior da administração central do Estado abrangidos pelo disposto nos artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ou para cargos a estes equiparados a qualquer título, no respeito pelas exclusões previstas no n.º 5 do artigo 1.º daquela lei.
- A avaliação, nos termos previstos no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, dos currículos e da adequação das competências das personalidades indigitadas para exercer cargos de gestor público ou cargos a estes equiparados a qualquer título.

No que respeita ao recrutamento e à seleção de candidatos para cargos de direção superior da administração central do Estado importa nomeadamente destacar o estabelecido no artigo 18.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual:

“1 — Os titulares dos cargos de direção superior são recrutados, por procedimento concursal, nos termos dos artigos seguintes, de entre indivíduos com licenciatura concluída à data de abertura do concurso há, pelo menos, 10 ou oito anos, consoante se trate de cargos de direção superior de 1.º ou de 2.º grau, vinculados ou não à Administração Pública, que possuam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

2 — O procedimento concursal é conduzido pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, adiante designada por Comissão, entidade independente que funciona junto do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública, nos termos dos respetivos Estatutos.

3 — A iniciativa do procedimento concursal referido no n.º 1 cabe ao membro do Governo com poder de direção ou de superintendência e tutela sobre o serviço ou órgão em que se integra o cargo a preencher, cabendo-lhe, neste âmbito, identificar as competências do cargo de

direção a prover, caracterizando o mandato de gestão e as principais responsabilidades e funções que lhe estão associadas, bem como a respetiva carta de missão.

4 — A Comissão, na posse da informação referida no número anterior, elabora uma proposta de perfil de competências do candidato a selecionar, designadamente com a explicitação das qualificações académicas e experiência profissional exigíveis, bem como as competências de gestão e de liderança recomendáveis para o exercício do cargo, e remete-a ao membro do Governo com poder de direção ou superintendência e tutela sobre o serviço ou órgão em que se integra o cargo a preencher, para homologação.

5 — No prazo de 20 dias, a contar da data da apresentação da proposta referida no número anterior, o membro do Governo com poder de direção ou superintendência e tutela sobre o serviço ou órgão em que se integra o cargo a preencher: a) Homologa a proposta de perfil de competências apresentada pela Comissão; ou b) Altera, mediante fundamentação expressa, o perfil de competências proposto pela Comissão.

6 — Não se verificando nenhuma das duas situações previstas no número anterior, a proposta de perfil de competências apresentada pela Comissão considera-se tacitamente homologada.

7 — Sem prejuízo das competências previstas no presente artigo, a Comissão é ainda responsável pela definição das metodologias e dos critérios técnicos aplicáveis no processo de seleção dos candidatos admitidos a concurso, designadamente ao nível da avaliação das competências de liderança, colaboração, motivação, orientação estratégica, orientação para resultados, orientação para o cidadão e serviço público, gestão da mudança e inovação, sensibilidade social, experiência profissional, formação académica, formação profissional e aptidão.”

Ainda nesta matéria, importa também ter presente os regulamentos aprovados pela CReSAP no âmbito do artigo 12.º dos respetivos Estatutos, concretamente o Regulamento Interno da CReSAP (Despacho n.º 14678/2015, Diário da República, de 11 de setembro) e o Regulamento de Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Seleção dos Cargos de Direção Superior na Administração Pública (Despacho n.º 4032/2016, Diário da República, de 21 de março).

No que respeita à avaliação, nos termos previstos no Estatuto do Gestor Público, importa nomeadamente destacar o estabelecido no artigo 12.º e nos números 1 a 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual:

“Artigo 12.º

Requisitos

1 — Os gestores públicos são escolhidos de entre pessoas com comprovadas idoneidade, mérito profissional, competências e experiência de gestão, bem como sentido de interesse público e habilitadas, no mínimo, com o grau académico de licenciatura.

2 — É competência do membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade a definição do perfil, experiência profissional e competências de gestão adequadas às funções do cargo, dos quais deve informar a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública.

3 — *É competência da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, a definição, por regulamento, dos critérios aplicáveis na avaliação de candidatos a cargos de gestor público, designadamente, as competências de liderança, colaboração, motivação, orientação estratégica, orientação para resultados, orientação para o cidadão e serviço de interesse público, gestão da mudança e inovação, sensibilidade social, experiência profissional, formação académica e formação profissional.*

Artigo 13.º

Designação dos gestores

1 — *Os gestores públicos são designados por nomeação ou por eleição.*

2 — *A nomeação é feita mediante resolução do Conselho de Ministros, devidamente fundamentada e publicada no Diário da República juntamente com uma nota relativa ao currículo académico e profissional do designado, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo respetivo setor de atividade.*

3 — *A proposta referida no número anterior deve ser acompanhada de avaliação, não vinculativa, de currículo e de adequação de competências ao cargo de gestor público da personalidade a que respeita a proposta de designação, realizada pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública.*

4 — *Para efeitos do número anterior, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública pode realizar entrevista de avaliação de competências exigíveis ao exercício das funções de gestor público e aplicar outros métodos de avaliação.”*

Nesta matéria, importa também ter presente os regulamentos aprovados pela CReSAP no âmbito do artigo 12.º dos respetivos Estatutos, concretamente o Regulamento Interno da CReSAP (Despacho n.º 14678/2015, Diário da República, de 11 de setembro) e o Regulamento de Tramitação de Procedimentos de Avaliação Curricular e Adequação do Perfil (Despacho n.º 7533/2013, Diário da República, de 12 de junho).

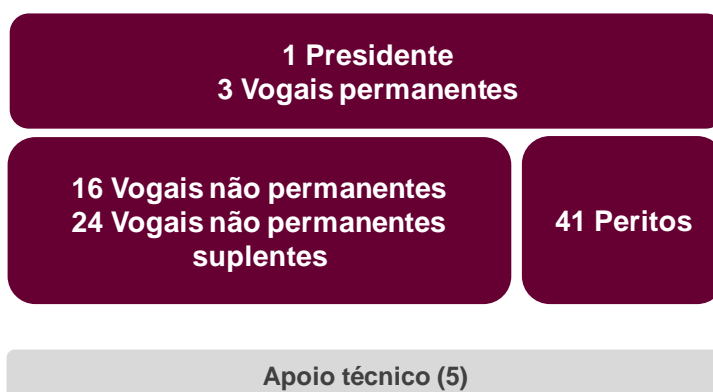
2. Composição da CReSAP

De acordo com legislação em vigor a CReSAP é composta por um presidente, três a cinco vogais permanentes, um vogal não permanente por cada ministério e respetivos suplentes, em número de dois, e em exercício de funções em órgão ou serviço não coincidente com o do vogal, mas integrado na orgânica do mesmo ministério.

Junto da CReSAP funciona uma bolsa de peritos, composta por 20 a 50 membros, designados de entre trabalhadores em funções públicas com reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal que apoiam em matérias técnicas específicas e participam nos júris dos procedimentos concursais para cargos de direção superior na Administração Pública. Obrigatoriamente 10% desta bolsa é integrada por técnicos indicados pela Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), de entre personalidades que nela desenvolvam funções de formação.

A 31 de dezembro de 2019 a CReSAP era composta por uma presidente, 3 vogais permanentes, 16 vogais não permanentes e 25 vogais não permanentes suplentes, sendo a bolsa de peritos constituída por 42 elementos.

Figura 1 - Estrutura da CReSAP em 31 de dezembro de 2019



Nos termos dos seus estatutos, o presidente e os vogais permanentes são providos após audição pela Assembleia da República, por resolução de Conselho de Ministros, sob proposta do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública. Na sequência da publicação da RCM n.º 48-A/2017, 31 de março, os membros permanentes da CReSAP são:

Maria Júlia Neves Murta Ladeira, presidente

José Maria Pedro, vogal permanente

Maria dos Anjos Lopes Duarte, vogal permanente

Maria da Conceição Miguéis de Matos, vogal permanente

A designação dos vogais não permanentes de cada ministério é feita por despacho conjunto do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e do membro do Governo do respetivo ministério. Ao longo de 2019 os vogais não permanentes foram os seguintes (utilizando a estrutura do XXI Governo Constitucional):

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

David João Varela Xavier, Secretário-Geral

Suplente: Filipe Jorge Ribeiro Almeida, Presidente da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social

Suplente: Tito Carlos Soares Vieira, Diretor do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Fernando d'Orey de Brito e Cunha Figueirinhas, Secretário-Geral Adjunto (até 1 de março)

António Augusto Jorge Mendes, Embaixador

Suplente: Luís Manuel Ribeiro Cabaço, Ministro Plenipotenciário de 2ª classe, (até 1 de março)

Suplente: António José de Carvalho Barroso, Conselheiro de Embaixada da Inspeção Geral Diplomática e Consular

Suplente: Susana Oliveira de Sousa Diogo Vaz Patto, Conselheira de Embaixada

Ministério das Finanças (MF)

Rogério Manuel Aroso Peixoto Rodrigues, Secretário-Geral

Suplente: Elisabete Reis de Carvalho, Diretora-Geral do INA

Suplente: Anabela Ferreira Pedro Vilão, Subdiretora-Geral do Orçamento

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

Alberto António Rodrigues Coelho, Diretor-Geral de Recursos da Defesa

Suplente: Ana Isabel Correia Lagartinho Fernandes, Diretora de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral (até 22 de outubro)

Suplente: João Miguel Martins Ribeiro, Secretário-Geral

Ministério da Administração Interna (MAI)

Teresa Maria Alvarez Lima Costa, Secretária-Geral Adjunta

Suplente: Maria Margarida Blasco Martins Augusto, Inspetora-Geral (até 8 de maio)

Suplente: Paulo Augusto Guarda de Oliveira Ferreira, Subinspetor-Geral (até 9 setembro)

Suplente: Anabela Cabral Ferreira, Inspetora-Geral da IGAI

Suplente: Abílio Pinto Vieira, Diretor-Nacional Adjunto da PSP

Ministério da Justiça (MJ)

Carlos José de Sousa Mendes, Secretário-Geral

Suplente: Por designar

Ministério da Cultura (MCult)

Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor, Diretora-Geral do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

Suplente: Maria Margarida Ortigão de Almeida Sampaio Ramos, Subdiretora-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

Suplente: Rui Manuel Cartaxo Machado, Subdiretor-Geral da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Vogal permanente: António Raul da Costa Torres Capaz Coelho, Secretário-Geral

Suplente: Raquel Alexandra Sampaio Santos Soares, Diretora de Serviços de Planeamento, de Informação e de Sistemas de Gestão

Suplente: Por designar

Ministério da Educação (MEdu)

Ana Palmira Antunes de Almeida, Secretária-Geral Adjunta da Educação e Ciência

Suplente: Ana Paula Coelho Fernandes Severo Gravito, Técnica Superior da Inspeção-Geral de Educação e Ciência

Suplente: Margarida Maria Lança de Matos, Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos da Direção-Geral de Educação

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)

Teresa Maria da Silva Fernandes, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

Suplente: Maria João Paula Lourenço, Secretária-Geral

Suplente: Por designar

Ministério da Saúde (MS)

Rui Santos Ivo, Vice-Presidente do Conselho Diretivo do INFARMED, I.P. (até 16 de maio)

Catarina de Senna Fernandes Cabral Sena (até 10 de setembro)

Suplente: Ricardo Jorge Almeida Perdigão Seleiro Mestre, Vogal do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (até 16 de maio)

Suplente: Sandra Paula Nunes Cavaca Saraiva de Almeida, Secretária-Geral

Ministério do Planeamento e das Infraestruturas (MPI)

Catarina Maria Romão Gonçalves, Secretária-Geral Adjunta

Suplente: Luís Manuel Rosmaninho Santos, Técnico Superior da CCDR Alentejo

Suplente: Margarida Maria Chaves Pratas Ferreira Filipe, Vogal da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

Ministério da Economia (MEcon)

Ana Beatriz de Azevedo Dias Antunes Freitas, Presidente do Conselho de Administração da SPGM - Sociedade de Investimento, S.A.

Suplente: Maria Lídia Martins Francisco de Paula Jacob, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Português da Qualidade, I.P.

Suplente: Por designar

Ministério do Ambiente e da Transição Energética (MATE)

Ana Teresa Pinheiro dos Santos Diogo Perez, Vogal do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Suplente: Maria Alexandra Martins Ferreira de Carvalho, Secretária-Geral

Suplente: António Sequeira Ribeiro, Técnico Superior da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MAFDR)

Fernando Manuel d'Almeida Bernardo, Diretor-Geral de Alimentação e Veterinária

Eduardo Almeida Correia Diniz, Diretor-Geral do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (até 26 de julho de 2018)

Suplente: João Pedro Valadas da Silva Monteiro, Técnico Superior da Direção Regional de Agricultura do Algarve

Suplente: Maria da Graça Domingues Mariano Marques Fernandes, Subdiretora-Geral de Alimentação e Veterinária

Suplente: João Paulo do Rosário Ribeiro Lima, Vogal do Instituto de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. (até 26 de julho de 2018)

Ministério do Mar (MMar)

Susana Rita Gomes Simões Baptista, Subdiretora-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

Suplente: Isabel Maria Cordeiro Botelho Leal, Responsável pela Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental

Suplente: Por designar

A designação dos peritos de cada ministério é feita por despacho conjunto do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e do membro do Governo do respetivo ministério. Ao longo de 2019 os peritos foram os seguintes (utilizando a estrutura do XXI Governo Constitucional):

Presidência do Conselho de Ministros

Elsa Maria Fernandes dos Santos, Chefe de Equipa de Recursos Humanos da Agência para a Modernização Administrativa, I.P.

Maria João Gaspar Tavares Zilhão, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Pedro Miguel Laranjeira da Cruz Calado, Presidente do Conselho Diretivo do Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

Teresa Margarida do Carmo Fragoso, Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Margarida Maria Gomes Quintão Lages, Técnica Superior do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Maria Alexandra Capela de Carvalho Galaz Pimenta, Técnica Superior da Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Sílvia Maria Galvão Teles Franco Pulido Pereira, Técnica Superior do Departamento de Assuntos Jurídicos

Ministério das Finanças

Sandra Maria de Azevedo Ferreira Sant'Ana, Técnica Superior da Direção-Geral da Administração e Emprego Público

Marlene Lopes Fernandes, Chefe de Equipa Multidisciplinar da Inspeção-Geral de Finanças

Ministério da Defesa Nacional

Jorge Manuel Nobre Fazenda da Conceição Silvério, Diretor de Serviços de Inspeção e Auditoria da Inspeção-Geral (até 19 setembro)

Paulo Jorge da Silva Lopes Moraes Branco, Diretor de Serviços de Gestão Financeira e Apoio da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Susana Alexandra Queirós Pinto Canizes, Chefe de Divisão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral (até 16 de maio)

Maria João Teixeira de Almeida Rocha Marques, Diretora de Serviços de Assuntos Jurídicos e Contencioso

João Pedro Saldanha Serra, Diretor de Serviços de Cooperação no Domínio da Defesa

Ministério da Administração Interna

Ana Cristina Rodrigues Caetano Rolo, Diretora de Serviços de Planeamento, Controlo e Recursos Humanos da Secretaria-Geral

Hugo Filipe Rodrigues Tavares, Diretor de Serviços da Inspeção-Geral da Administração Interna

Amadeu Burriga Alves Silvestre, Inspetor da Inspeção-Geral (até 7 de dezembro de 2018)

Ministério da Justiça

Lourenço António Lopes Torres, Diretor de Serviços Jurídicos e de Cooperação Judiciária Internacional da Direção-Geral da Administração da Justiça

Maria Helena Louro dos Santos, Chefe de Divisão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça

Paula Isabel Duarte Marcelino, Diretora de Departamento de Identificação Civil do Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.

Álvaro Davide Esteves Pires, Diretor de Serviços de Recursos Financeiros, Patrimoniais e Tecnológicos da Secretaria-Geral

Ministério da Cultura

Ana Maria Albino Narciso Henriques, Diretora Serviços de Gestão de Recursos e Tecnologias de Informação e Comunicação da Inspeção-Geral das Atividades Culturais

Nuno Manuel Estanqueiro Dias, Diretor de Serviços de Gestão de Recursos e Informação do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

Paulo Jorge Lebreiro de Aragão, Coordenador-Geral de Recursos Humanos da Biblioteca Nacional de Portugal

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Helena Margarida Nunes Pereira, Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia

Ministério da Educação

Maria de Lurdes Fradique Valente Francela, Técnica Superior da Secretaria-Geral de Educação e Ciência

Maria Isabel Duarte Esteves Nunes dos Santos, Diretora de Serviços de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral de Educação e Ciência

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Camila Pereira Ribas Mouteira, Diretora de Serviços de Apoio à Gestão da Direção-Geral da Segurança Social

Isabel Maria Costa Ramos, Secretária-Geral Adjunta

Paulo Jorge Ramos Silva, Subinspetor-Geral

Ministério da Saúde

Cláudia Susana da Conceição Robalo de Jesus Belo Ferreira, Diretora de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais do INFARMED, I.P.

Lina Patrícia Fernandes Freitas, Chefe de Divisão de Informação e Relações Públicas da Secretaria-Geral (até 16 de maio de 2019)

Maria Cristina Soares Fiúza Branco, Administradora Hospitalar

Jorge Manuel Mira Nobre Mourão, Administrador Hospitalar

Ministério do Planeamento e das Infraestruturas

Ilda Maria Guedelha Ferreira, Técnica Superior da Autoridade Nacional de Aviação Civil

Maria de Lurdes Baptista da Costa Antunes, Vogal do Conselho Diretivo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P.

Teresa Maria dos Santos Silva Martins, Técnica Superior do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.

Ministério da Economia

Maria Alice Leite Martins da Costa Rodrigues, Diretora de Serviços do Comércio Internacional da Direção-Geral das Atividades Económicas

Maria Teresa Rodrigues Monteiro, Vice-Presidente do Turismo de Portugal, I.P.

Ministério do Ambiente e da Transição Energética

Luís Maria Vieira Pereira Roxo Gonçalves, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.

Nuno Pedro dos Santos Borges Marques, Vice-Presidente da CCDR do Algarve

Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Augusto José de Sousa Gouveia, Coordenador do Grupo de Gestão e Formação do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.

Flávia Manuela dos Santos Ramos Alfarroba, Técnica Superior da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

José Manuel Gomes Rodrigues, Diretor do Departamento de Gestão de Áreas Públicas e de Proteção Florestal do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

Ministério do Mar

Maria da Conceição de Jesus dos Santos, Diretora dos Serviços de Estratégia da Direção-Geral de Política do Mar

INA

Sem peritos designados

O apoio ao funcionamento da CReSAP é, nos termos legalmente estabelecidos, realizado pelas seguintes entidades:

- A secretaria-geral do ministério responsável pela área da Administração Pública;
- A Direção Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) e a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), que prestam apoio técnico e operacional, sempre que solicitado.

A CReSAP contou ainda com a colaboração da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP) no domínio do suporte tecnológico assegurando assim os princípios de integração e partilha de recursos.

3. Visão, Missão e Valores

Visão

“Excelência na avaliação para cargos de direção e gestão de topo na Administração Pública”.

Este entendimento de visão pode sintetizar-se em dois grandes princípios subjacentes à criação da CReSAP:

- Promover a meritocracia no interior da administração e das entidades públicas empresariais, identificando e valorizando talentos;
- Contribuir para a generalização de práticas de transparência, abertura, isenção e rigor no recrutamento e seleção no interior da administração pública.

Missão

A CReSAP tem por missão avaliar candidatos a cargos de direção e gestão de topo na Administração Pública, assegurando essas funções com independência, isenção, rigor, transparência e equidade no sentido da promoção do reconhecimento do mérito profissional, da credibilidade e do bom governo.

Na sua atividade:

- Realiza os processos concursais com vista ao recrutamento e seleção de candidatos para cargos de direção superior da administração central do Estado ou para cargos a estes equiparados a qualquer título, abrangidos pelo disposto nos artigos 1.º e 2.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações entretanto introduzidas.
- Emite pareceres, não vinculativos, na sequência da avaliação dos currículos e da adequação das competências de personalidades indigitadas para:
 - Exercer cargos de gestor público ou cargos a estes equiparados a qualquer título, nos termos previstos no Estatuto do Gestor Público aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com as alterações entretanto introduzidas.
 - Exercer cargos de dirigente superior, na sequência de procedimento concursal que tenha ficado deserto, nos termos previstos no n.º 9 do artigo 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações entretanto introduzidas.

- Apoia a elaboração, desenvolvimento e execução de políticas públicas e promove as boas práticas de gestão e ética, para os cargos de direção superior da Administração Pública.

Valores

A CReSAP estabelece como referenciais da sua intervenção os seguintes valores:

- **Independência**
Atuar de forma autónoma no exercício das suas competências, com respeito integral pela Constituição e a Lei.
- **Isenção**
Atuar de acordo com imperativos de rigor e autonomia técnica.
- **Rigor**
Atuar orientando-se por padrões de elevada qualidade, de modo a que as decisões sejam atempadas, devidamente ponderadas e fundamentadas.
- **Transparência**
Atuar de forma objetiva e imparcial, com base em critérios definidos e do conhecimento público.
- **Equidade**
Atuar aplicando de forma consistente princípios de justiça e de igualdade.
- **Mérito**
Avaliar com base em comprovada idoneidade, experiência profissional, competências curriculares, técnicas e de gestão, bem como sentido de interesse público.

4. Metodologia de análise e avaliação de perfis dos candidatos

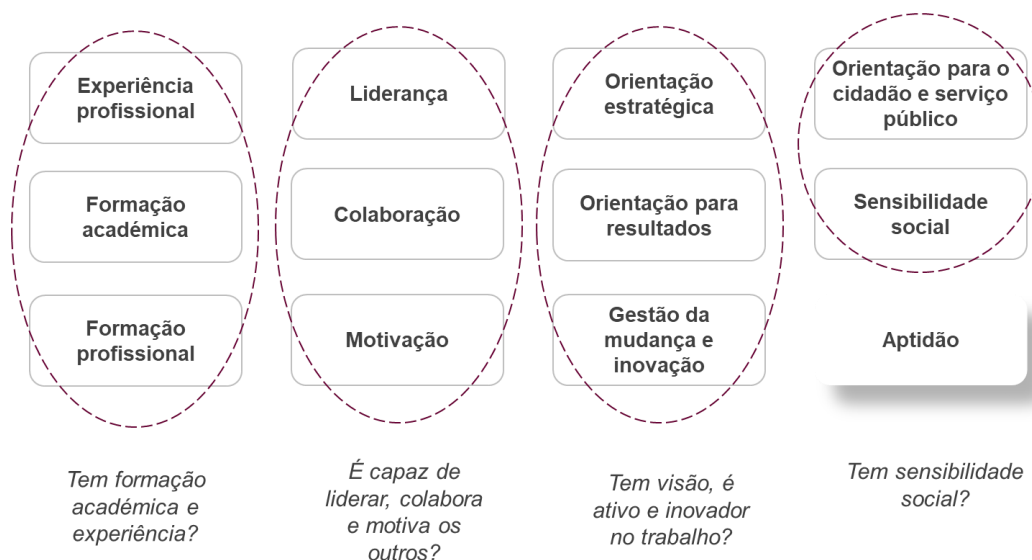
A avaliação técnica e comportamental dos perfis das personalidades que concorrem a concursos públicos para dirigentes superiores e das que são indigitadas para cargos de gestor público é feita pela CReSAP com o suporte de 4 instrumentos de avaliação: *curriculum vitae*, questionário de autoavaliação, questionário de Análise de Perfil Pessoal (APP) e entrevista individual. Deste trabalho resulta uma tomada de decisão sobre a adequabilidade de cada personalidade avaliada para o desempenho da função dirigente em causa.

Figura 2 - Instrumentos de análise e avaliação



- **Curriculum vitae** em modelo europeu - permite analisar o trajeto escolar e profissional de cada candidato, no seu conteúdo funcional e de forma temporal, bem como de outras aptidões e conhecimentos que estejam relacionados com o cargo a que se candidata ou para o qual está indigitado;
- **Questionário de autoavaliação** - reflete uma análise/reflexão que cada candidato faz sobre a sua experiência escolar, profissional e características pessoais, através da descrição de exemplos da sua vivência apresentado factos concretos que visam ilustrar as 12 competências de gestão;

Figura 3 - Competências de gestão



- **Aplicação de questionário de Análise de Perfil Pessoal (APP)** - visa uma análise de competências de âmbito comportamental, nos domínios apresentados na figura abaixo e que se relacionam com estilos pessoais dos comportamentos mais evidentes que são expressos pelo candidato em contexto profissional;

Figura 4 - Análise de Perfil Pessoal (APP)



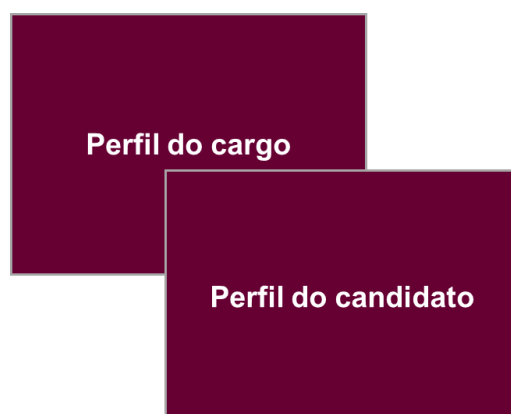
Fonte: Thomas International - Portugal.

- **Entrevista individual** - visa a consolidação de informação dos dados apresentados por cada candidato, bem como a colocação de questões que se relacionem com as competências em análise e outras que os avaliadores considerem relevantes na tomada de decisão sobre a adequabilidade do candidato para o desempenho da função dirigente em causa.

Os resultados dos 4 instrumentos de avaliação de candidatos são analisados de acordo com as 12 competências de gestão e com competências comportamentais, cada uma delas ponderada segundo as características dos perfis dos cargos em causa nas suas diferentes componentes.

Esta avaliação pretende analisar em que dimensões o perfil de cada candidato se aproxima mais do perfil do cargo, de acordo com uma matriz de avaliação construída para o efeito.

Figura 5 - Análise de perfil

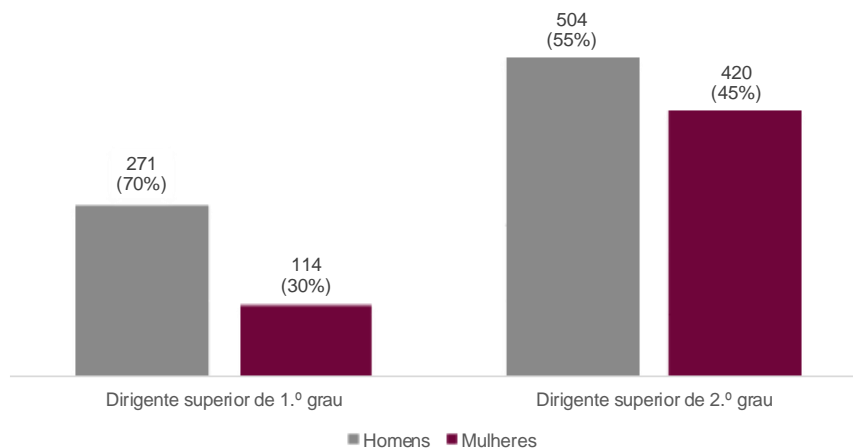


5. Procedimentos concursais

5.1. Âmbito de atuação

De acordo com dados estatísticos relativos ao terceiro trimestre de 2019, disponibilizados pela DGAEP, o número de dirigentes superiores em funções na Administração Central era de 1309, sendo 385 (29%) de primeiro grau e 924 (71%) de segundo grau. A distribuição por grau e género consta na figura seguinte.

Figura 6 – Dirigentes superiores em funções na Administração Central



Fonte: SIOE/DGAEP (dados referentes ao 3.º trimestre de 2019)

No entanto, deste universo estão legalmente excluídas de procedimento concursal as situações reguladas no artigo 1.º da Lei 2/2004, de 15 de janeiro, do Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado:

“Artigo 1.º ...

5 - A presente lei não se aplica aos cargos dirigentes:

a) Dos órgãos e serviços de apoio ao Presidente da República, à Assembleia da República e aos tribunais;

b) Das Forças Armadas, das forças e serviços de segurança e dos órgãos públicos que exercem funções de segurança interna, nos termos definidos pela Lei de Segurança Interna, bem como do Sistema de Informações da República Portuguesa, do Gabinete Nacional de Segurança e do serviço que tenha por missão assegurar a gestão do sistema prisional;

c) Dos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino;

d) Dos órgãos de gestão dos estabelecimentos do sector público administrativo de saúde;

e) Do Ministério dos Negócios Estrangeiros que, por força de disposição legal própria, tenham de ser providos por pessoal da carreira diplomática ou para cujo provimento tenha sido escolhido pessoal da mesma carreira ou que sejam exercidos nos serviços externos;

f) Integrados em carreiras.

6 - Os titulares dos cargos de direção superior dos serviços e organismos do Ministério da Justiça que devam ser providos por magistrados judiciais ou por magistrados do Ministério Público são designados por despacho do membro do Governo responsável pela área da justiça.

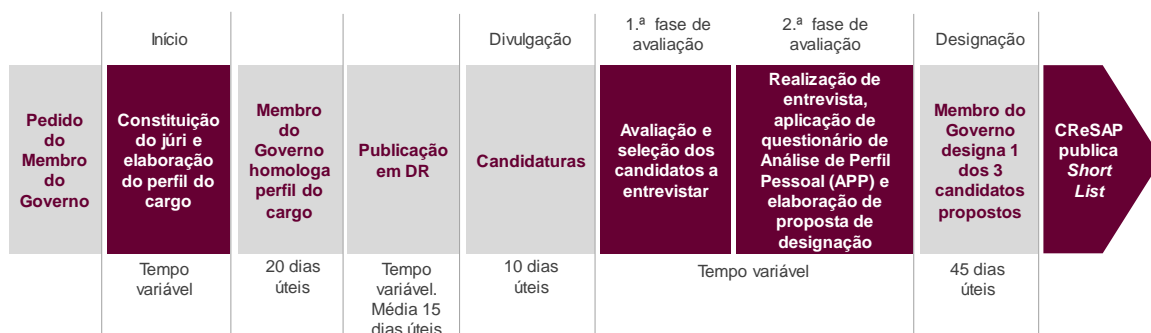
7 - O titular do cargo de direção superior de 1.º grau da Autoridade Nacional de Proteção Civil quando provido por oficial das Forças Armadas ou das forças de segurança, assim como os titulares dos cargos de direção superior dos serviços e organismos do Ministério da Administração Interna quando, nos termos dos respetivos diplomas orgânicos ou estatutários que expressamente o permitam, sejam efetivamente providos por magistrados judiciais ou por magistrados do Ministério Público, são designados por despacho do membro do Governo responsável pela área da administração interna.

8 - As designações realizadas nos termos do n.º 6 e do número anterior operam sem necessidade de recurso a procedimento concursal, em regime de comissão de serviço, por um período de três anos, renovável por igual período, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 18.º e 19.º da presente lei.”

5.2. O processo

O processo de desenvolvimento dos procedimentos concursais é constituído por várias etapas que se sintetizam na figura seguinte.

Figura 7 – Análise temporal do procedimento concursal

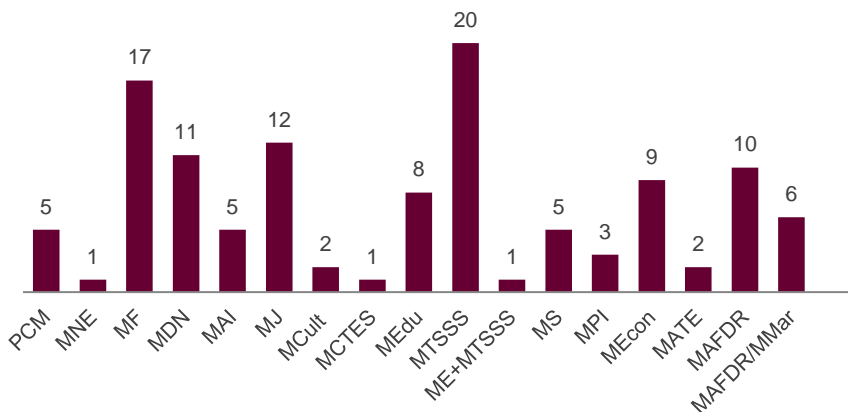


5.3. Atividade desenvolvida

Em 2019 foram desenvolvidos 118 procedimentos concursais, dos quais, 43 transitaram do ano anterior, 64 foram novas solicitações e 11 corresponderam a repetições de avisos de abertura.

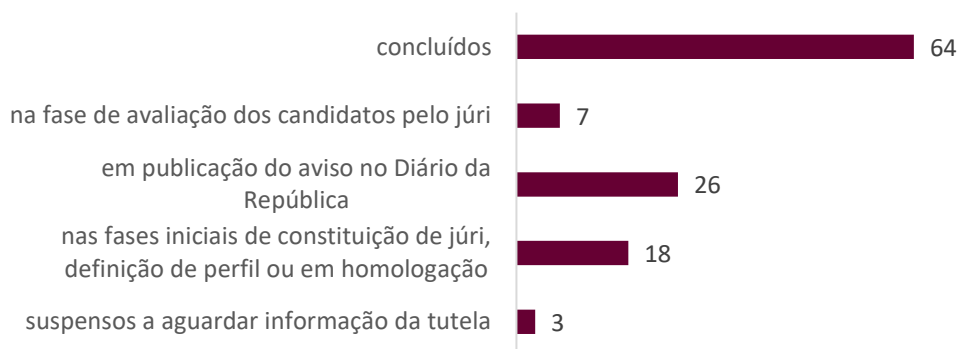
A distribuição da totalidade dos procedimentos concursais, por ministério, encontra-se refletida na figura seguinte.

Figura 8 - Procedimentos concursais desenvolvidos, em 2019, por ministério



No final de 2019 a situação dos 118 procedimentos concursais desenvolvidos era a apresentada na figura seguinte.

Figura 9 - Procedimentos concursais - situação no final de 2019

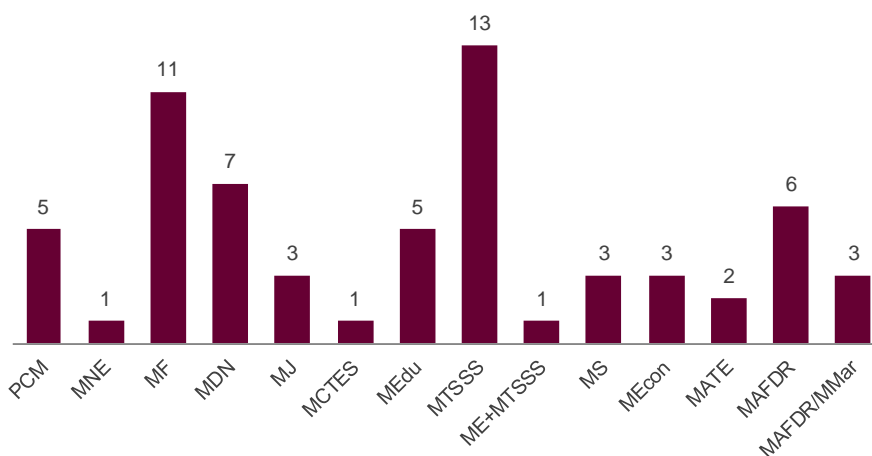


Como se pode constatar, em 2019 o total de procedimentos concursais concluídos foi de 64. Este total inclui 8 procedimentos em que houve repetição de aviso de abertura, por não ter sido possível encontrar 3 candidatos para apresentar proposta de designação ao membro do Governo que teve a iniciativa do procedimento concursal – são situações às quais nos referimos como não tendo sido possível obter *short list*. Dos 8 procedimentos concursais repetidos 5 continuaram a não permitir obter *short list*, sendo que nessas situações os membros do Governo competentes para os respetivos provimentos podem proceder a recrutamento por escolha, a qual é sujeita a avaliação, não vinculativa, de currículo e de adequação de competências ao cargo, realizada pela CReSAP (nos termos previstos no n.º 9 do artigo 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações entretanto introduzidas).

Deste modo, em 2019 a CReSAP apresentou, aos membros do Governo competentes para os respetivos provimentos, 51 propostas de designação, cada uma com 3 candidatos, que de acordo com a Lei em vigor foram ordenados por ordem alfabética.

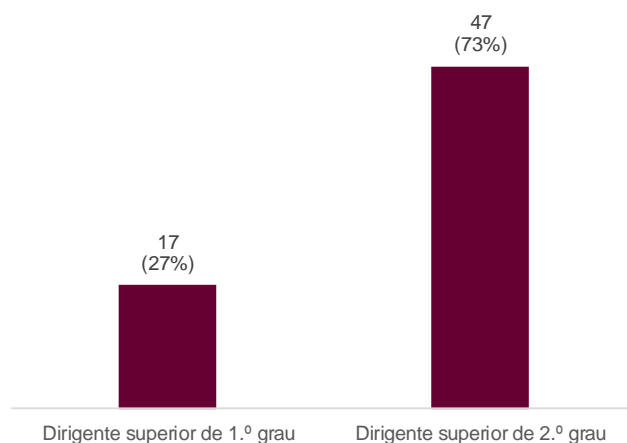
A distribuição dos 64 procedimentos concursais concluídos em 2019, por ministério, encontra-se refletida na figura seguinte.

Figura 10 - Procedimentos concursais concluídos em 2019, por ministério



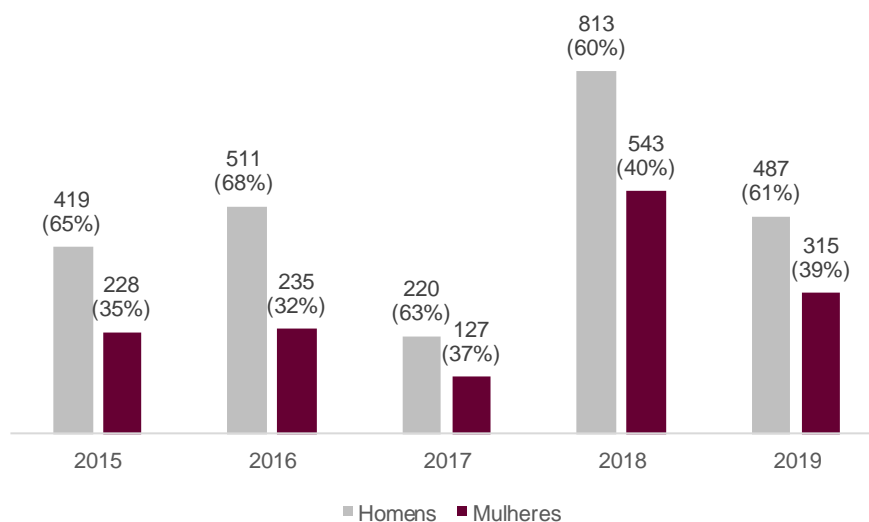
Destes 64 procedimentos concursais 17 (27%) correspondem a dirigente superior de 1.º grau e 47 (73%) a dirigente superior de 2.º grau.

Figura 11 - Procedimentos concursais concluídos em 2019, por grau do cargo



Os 64 processos concluídos em 2019 envolveram a avaliação curricular de 802 candidatos que foram admitidos a esta primeira fase de avaliação, dos quais 487 (61%) homens e 315 (39%) mulheres.

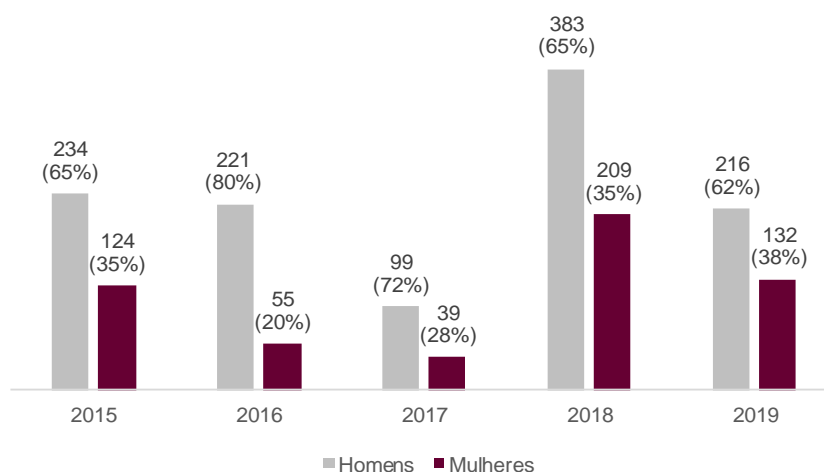
Figura 12 – Evolução anual dos candidatos avaliados na fase de avaliação curricular, por género



Para cada procedimento concursal, em resultado da avaliação curricular, é decidido pelo júri quais os candidatos habilitados à fase de entrevista individual, devendo ser, em princípio, um número mínimo de seis candidatos.

Em 2019, nos 64 processos concluídos e na sequência dos resultados da avaliação curricular foram sujeitos à última fase de avaliação (entrevista individual), 348 candidatos (cerca de 43% dos candidatos da primeira fase de avaliação), dos quais 216 (62%) homens e 132 (38%) mulheres.

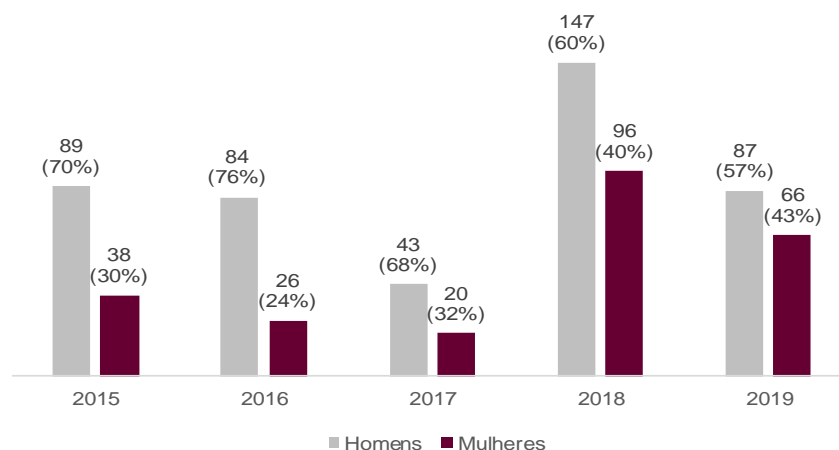
Figura 13 – Evolução anual dos candidatos entrevistados, por género



Tal como já foi referido atrás, em 2019 a CReSAP apresentou, aos membros do Governo competentes para os respetivos provimentos, 51 propostas de designação, cada uma com 3 candidatos considerados preferencialmente adequados para o exercício dos cargos em causa, que de acordo com a Lei em vigor são ordenados por ordem alfabética.

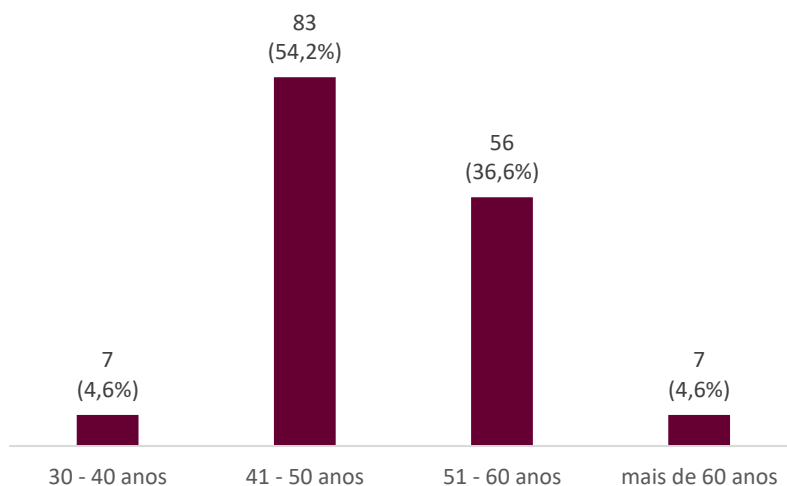
Na figura seguinte é apresentada informação relativa aos candidatos propostos para designação, por género, verificando-se que em 2019 as 51 propostas de designação apresentadas envolveram 153 candidatos, dos quais 87 (57%) homens e 66 (43%) mulheres.

Figura 14 – Evolução anual dos candidatos propostos para designação, por género



Refere-se ainda que a média de idades dos candidatos propostos para designação em 2019 situou-se nos 50,2 anos, sendo a maior concentração entre as idades de 41 e 50 anos (54%), como se observa na figura seguinte.

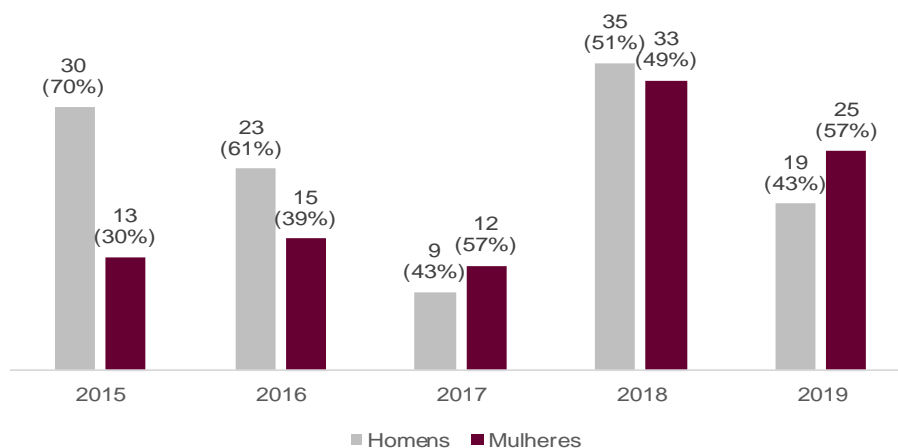
Figura 15 – Candidatos propostos para designação, em 2019, por grupo etário



Nos termos previstos no n.º 12 do artigo 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações entretanto introduzidas, os cargos de direção superior são providos por despacho do membro do Governo competente, no prazo máximo de 45 dias, a contar da data do recebimento das propostas de designação.

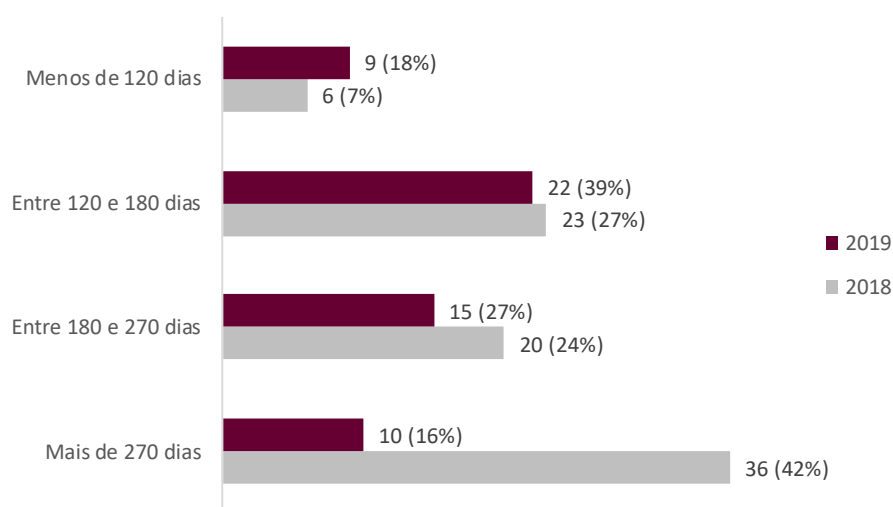
No momento da aprovação deste relatório, das 51 propostas de designação apresentadas em 2019 aos membros do Governo, competentes para os respetivos provimentos, tinham sido publicadas em Diário da República 44 designações. Como se pode verificar na figura seguinte, em 2019, das 44 designações concretizadas 19 (43%) foram de homens e 25 (57%) foram de mulheres.

Figura 16 – Evolução anual dos candidatos designados, por género



Em 2019 o total de procedimentos concursais concluídos foi de 64, estando aqui incluídos 8 que foram sujeitos a repetição (ver pág. 25). Significa, portanto, que os 64 procedimentos concluídos corresponderam a 56 solicitações, para abertura de procedimento concursal, por parte de membros do Governo. Considerando o processo de desenvolvimento dos procedimentos concursais apresentado no ponto 5.2, verificou-se que, no decurso de 2019, os tempos de resposta para as 56 solicitações foram os apresentados na figura seguinte.

Figura 17 – Tempos de resposta às solicitações dos procedimentos concursais concluídos em 2019



Constata-se que globalmente houve uma melhoria significativa dos prazos como se pode observar na comparação dos dados de 2018 e 2019.

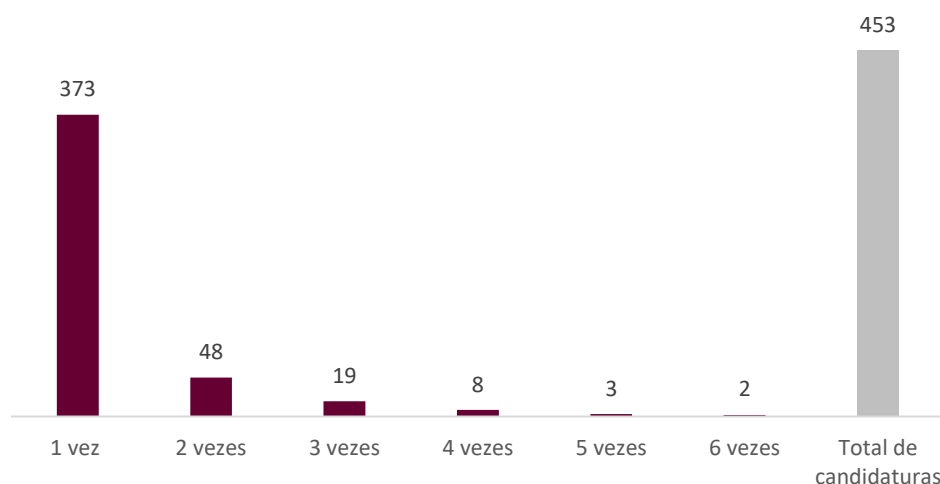
A redução dos tempos de realização dos procedimentos concursais é uma das principais preocupações, sendo a adoção de medidas nesse sentido fundamental para fortalecer os princípios subjacentes à criação da CReSAP.

5.4. Análise das candidaturas apresentadas em propostas de designação (Short List)

Desde 1 de abril de 2017 até dezembro de 2019, foram apresentadas ao Governo em “Short List” um conjunto de candidaturas que se considera expressivo para a realização de análise curricular dos candidatos em causa.

Para esta análise foram considerados 373 candidatos, que correspondem a 453 candidaturas. Verifica-se neste estudo que 48 candidatos foram apresentados 2 vezes em procedimentos concursais distintos, 19 candidatos foram apresentados 3 vezes, 8 candidatos foram apresentados 4 vezes, 3 candidatos foram apresentados 5 vezes e 2 candidatos foram apresentados 6 vezes, de acordo com a figura seguinte.

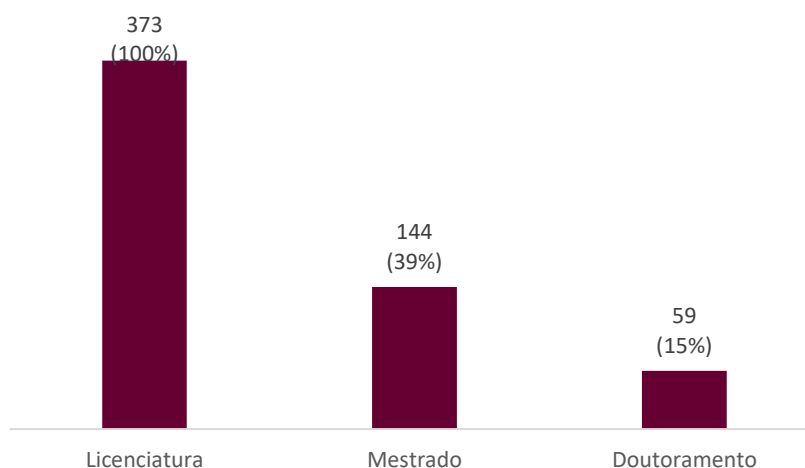
Figura 18 – Candidatos apresentados em short list (1 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2019)



Caracterizando esta população, do ponto de vista académico e profissional, salienta-se o seguinte:

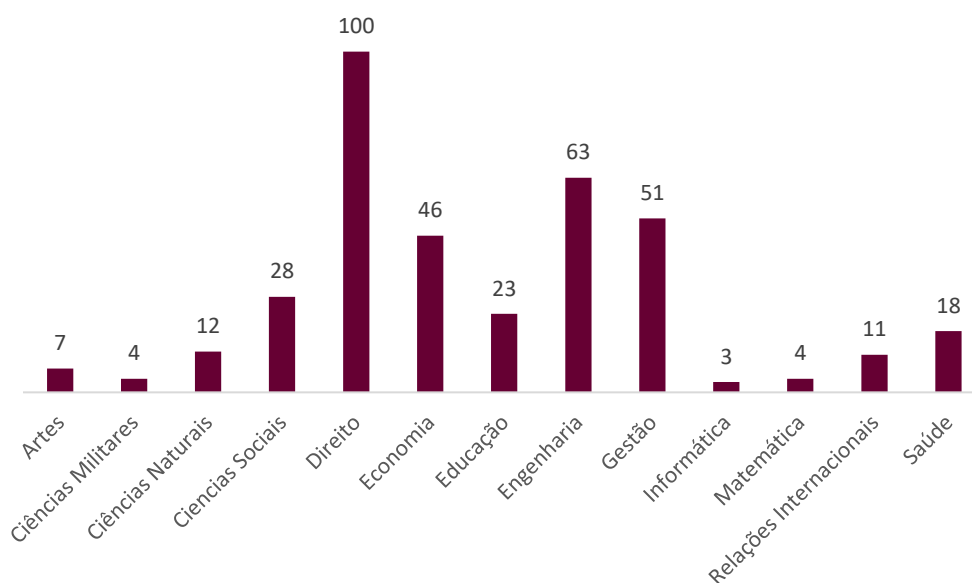
- Dos 373 candidatos, obrigatoriamente com licenciatura, 144 possuem mestrado e 59 possuem o doutoramento.

Figura 19 – Habilitações académicas dos candidatos (1 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2019)



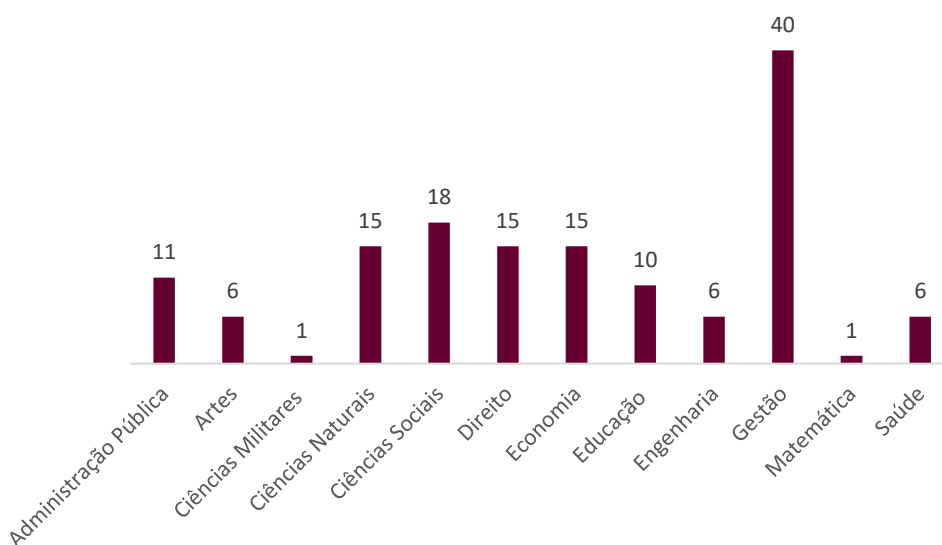
- Das 13 áreas de licenciatura identificadas, destaca-se a incidência de Direito, Engenharia, Gestão e Economia.

Figura 20 – Áreas de licenciatura (1 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2019)



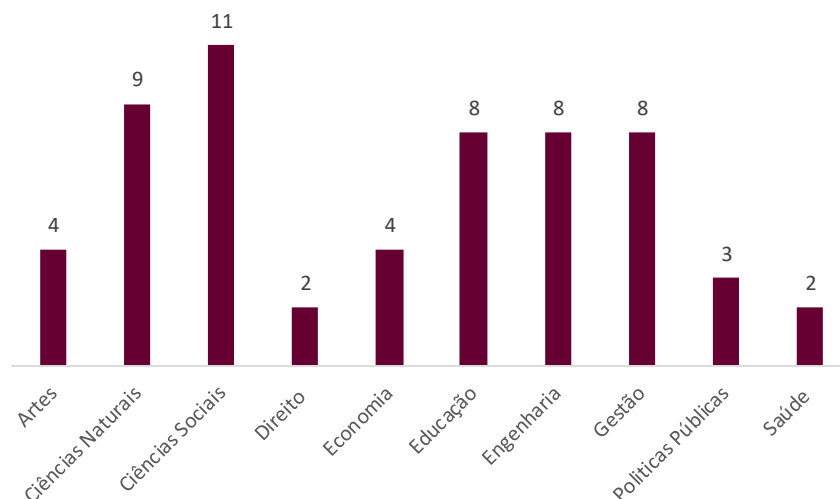
- Das 12 áreas de mestrado identificadas, destaca-se a incidência de Gestão.

Figura 21 – Áreas de mestrado (1 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2019)



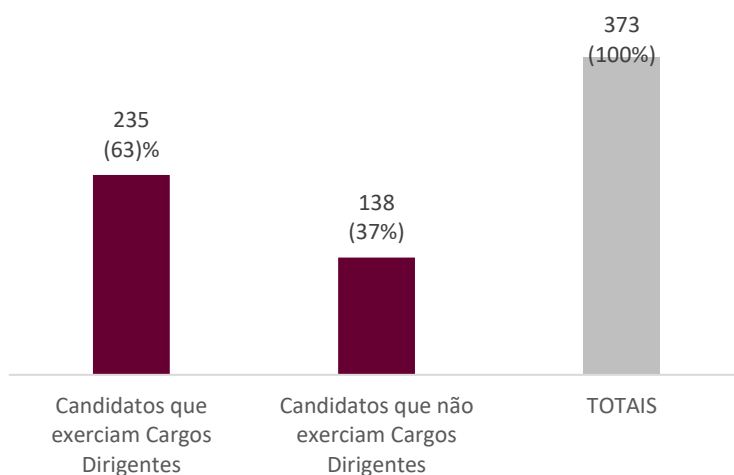
- Das 10 áreas de doutoramento identificadas, refere-se a incidência no domínio das Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação, Engenharia e Gestão.

Figura 22 – Áreas de doutoramento (1 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2019)



- Dos 373 candidatos analisados, verifica-se que 235 exerciam Cargos Dirigentes no momento da sua candidatura e 138 candidatos não exerciam qualquer cargo de gestão, se bem que alguns destes casos já tinham exercido este tipo de função no seu passado profissional.

Figura 23 – Funções exercidas (1 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2019)



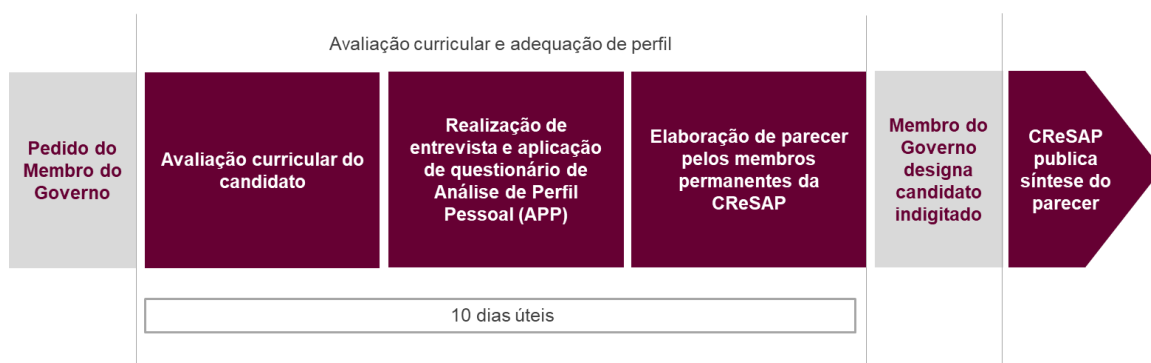
6. Pareceres

A CReSAP emite pareceres, não vinculativos, na sequência da avaliação dos currículos e da adequação das competências de personalidades indigitadas para:

- Exercer cargos de gestor público ou cargos a estes equiparados a qualquer título, nos termos previstos no Estatuto do Gestor Público aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com as alterações entretanto introduzidas.
- Exercer cargos de dirigente superior, na sequência de procedimento concursal que tenha ficado deserto, nos termos previstos no n.º 9 do artigo 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações entretanto introduzidas.

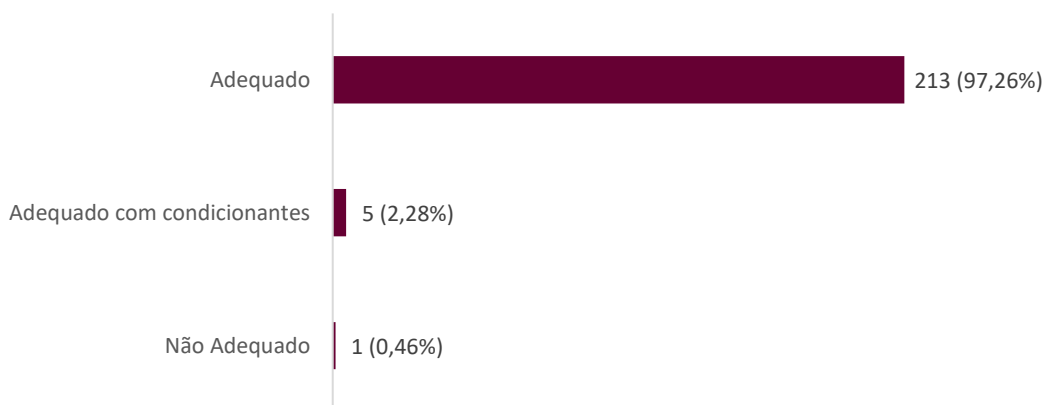
O processo de emissão de pareceres desenvolve-se de acordo com o apresentado na figura seguinte.

Figura 24 – Processo de emissão de pareceres



No ano de 2019 foi solicitado à CReSAP a avaliação da adequação de perfil de 219 personalidades indigitadas, sendo que 213 tiveram o parecer de “Adequado”, 5 tiveram o parecer de “Adequado com Condicionantes” e 1 teve parecer “Não Adequado” para o desempenho das funções em causa. Deste universo, 4 respeitaram a cargos de dirigente superior, todos os outros foram para cargos de gestor público.

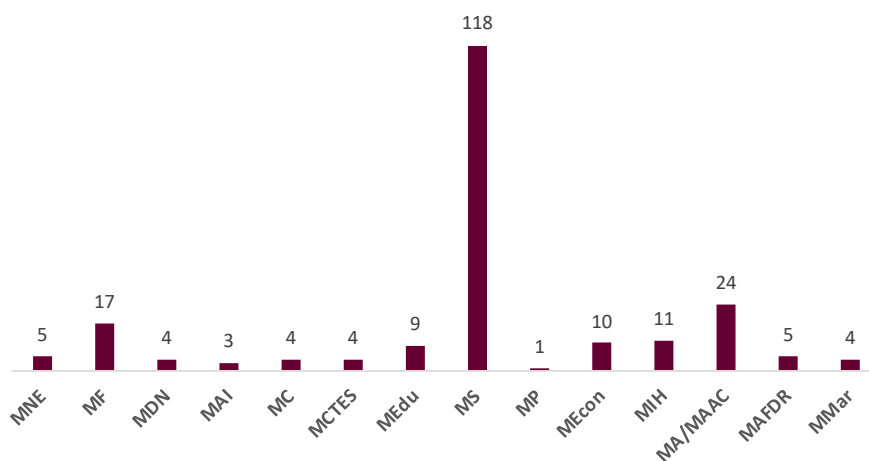
Figura 25 – Avaliação da adequação de perfil nos pareceres emitidos em 2019



6.1. Atividade desenvolvida

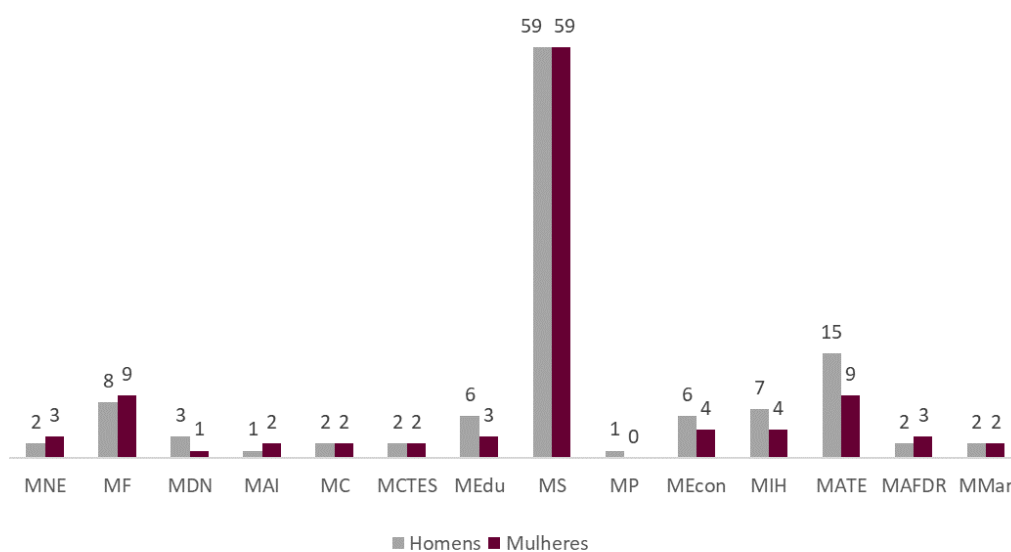
Na figura seguinte apresenta-se a distribuição dos pareceres por ministério, verificando-se o destaque do Ministério da Saúde que foi o destinatário de 53,6% da totalidade dos pareceres emitidos.

Figura 26 – Pareceres emitidos em 2019, por ministério



A informação apresentada acima, desagregada em termos de género, encontra-se refletida na figura seguinte.

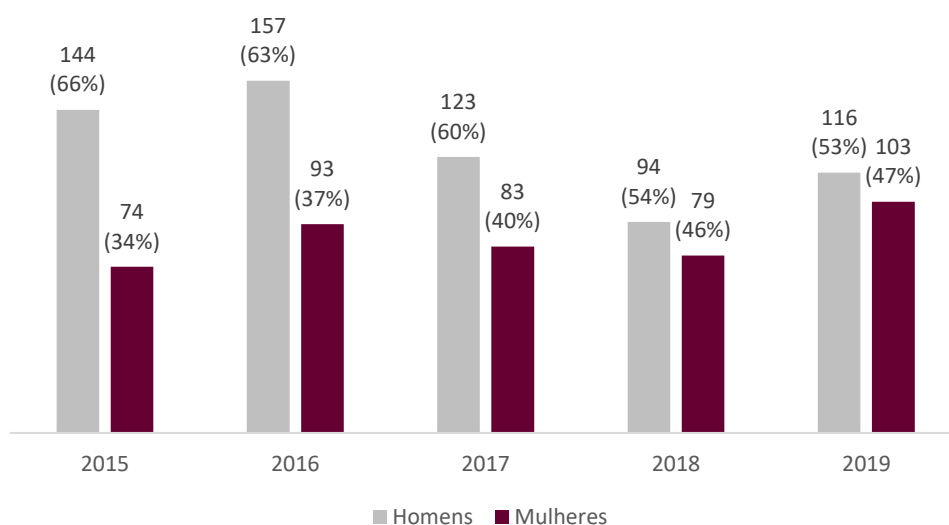
Figura 27 - Pareceres emitidos em 2019, por ministério



No âmbito dos pareceres emitidos em 2019 foram avaliados 116 homens (53%) e 103 mulheres (47%), constatando-se um aumento da percentagem de mulheres sujeitas a parecer para cargos de gestor público relativamente aos quatro anos anteriores (34% em 2015, 37% em 2016, 40% em 2017 e 45% em 2018).

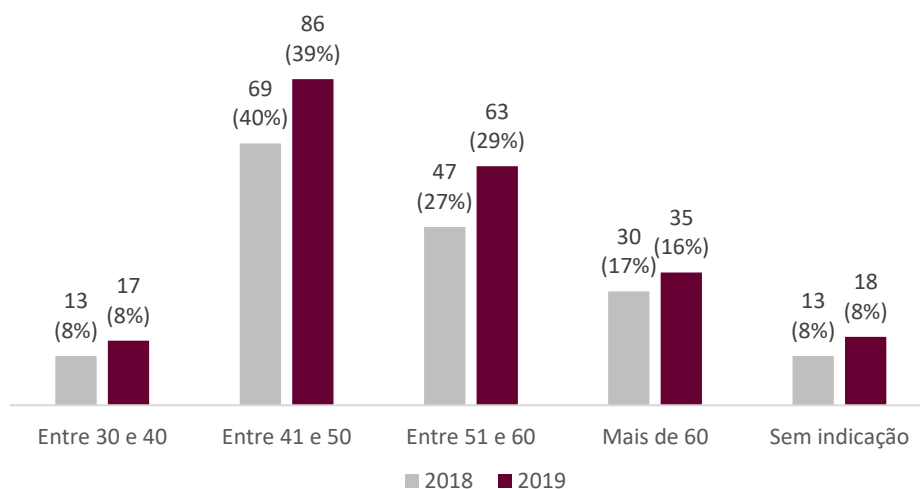
Na figura seguinte encontra-se a distribuição dos pareceres emitidos por género, desde 2015, podendo-se salientar uma evolução no sentido do equilíbrio entre homens e mulheres indigitados no decurso de 2019, comparativamente com os anos anteriores.

Figura 28 - Evolução anual dos pareceres emitidos, por género



Refere-se ainda que a média de idades das personalidades avaliadas, no âmbito dos pareceres emitidos, situou-se nos 51,7 anos em 2019, idêntico ao verificado em 2018. Como pode ser observado na figura seguinte, a maior concentração em termos de grupo etário em 2019 foi entre as idades de 41 e 50 anos (39%), à semelhança do que aconteceu em 2018 (40%).

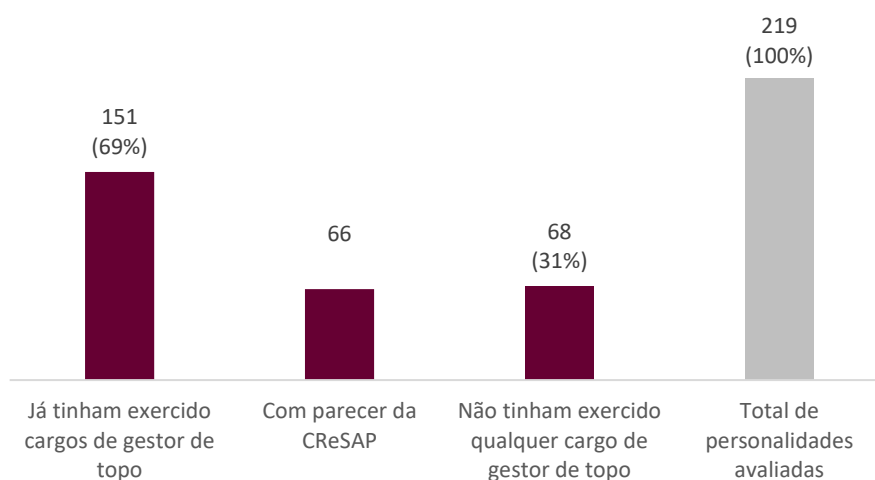
Figura 29 – Personalidades avaliadas nos pareceres emitidos em 2018 e 2019, por grupo etário



6.2. Análise das personalidades indigitadas para cargos de Gestor Público

Em 2019 foram avaliadas 219 personalidades indigitadas para cargos de Gestor Público com vista à emissão de parecer pela CReSAP. Deste total 151 já tinham exercido cargos de gestão de topo, dos quais 66 tinham sido submetidas à avaliação da CReSAP e obtido parecer de Adequado.

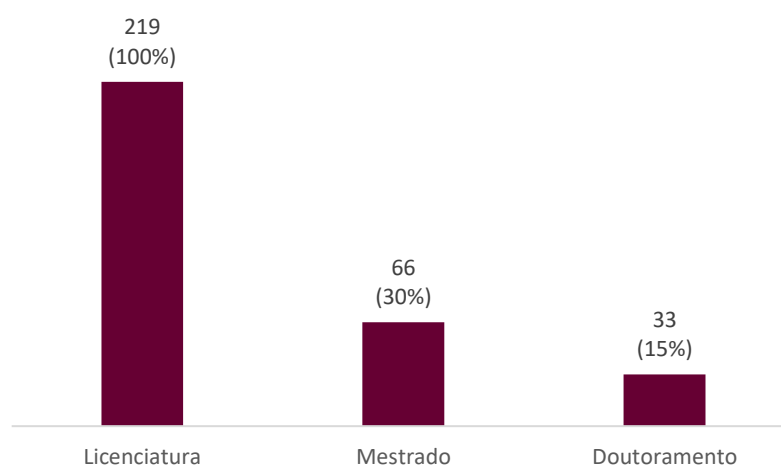
Figura 30 – Exercício prévio de cargos de gestor de topo nas personalidades avaliadas para emissão de parecer em 2019



Caracterizando esta população, do ponto de vista académico e profissional, salienta-se o seguinte:

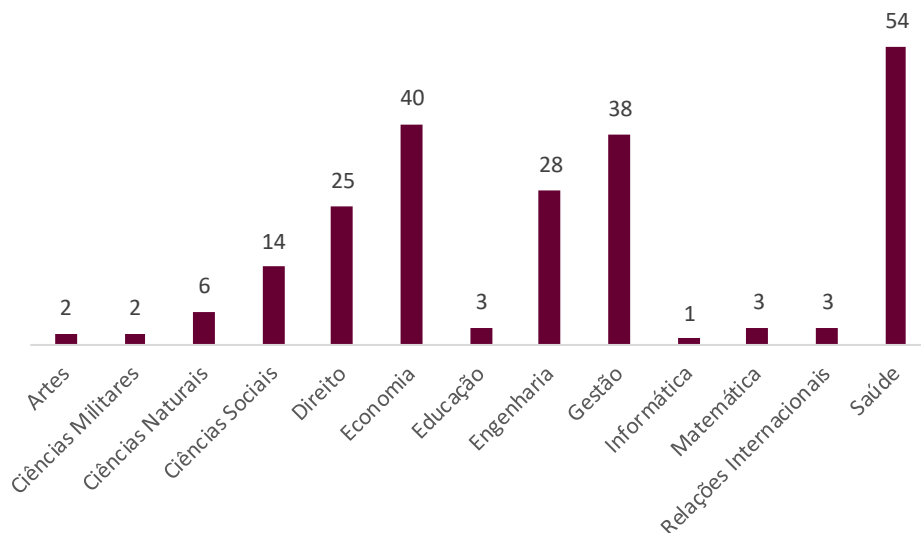
- Das 219 personalidades, obrigatoriamente com licenciatura, 66 possuem mestrado e 33 possuem o doutoramento.

Figura 31 – Habilitações académicas dos indigitados para cargos de Gestor Público



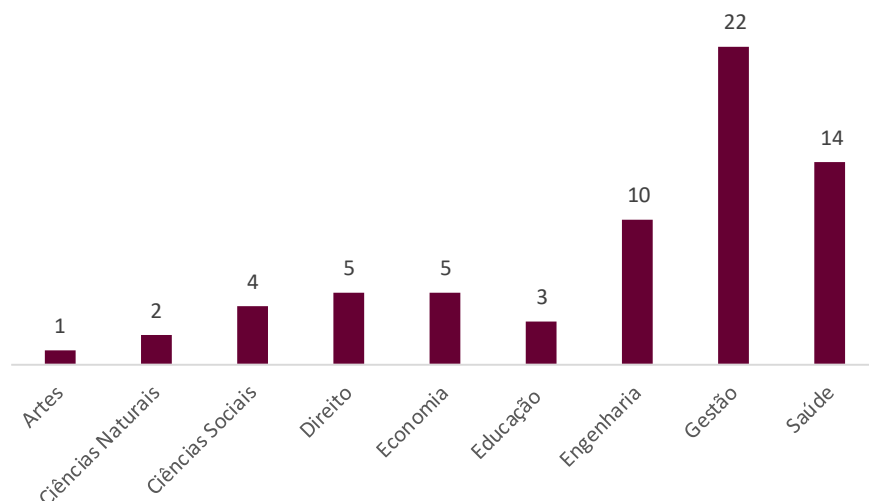
- Das 13 áreas de licenciatura identificadas, destaca-se a incidência de Saúde, Economia, Gestão e Engenharia.

Figura 32 – Áreas de licenciatura nos indigitados para cargos de Gestor Público em 2019



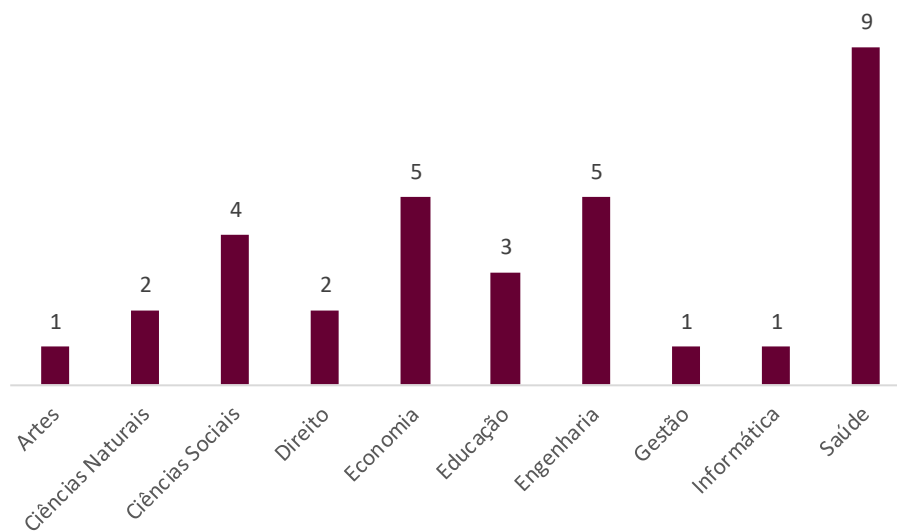
- Das 9 áreas de mestrado identificadas, destaca-se a incidência de Gestão, Saúde e Engenharia.

Figura 33 – Áreas de mestrado nos indigitados para cargos de Gestor Público em 2019



- Das 10 áreas de doutoramento identificadas, refere-se a incidência no domínio da Saúde, Engenharia, Economia e Ciências Sociais.

Figura 34 – Áreas de doutoramento nos indigitados para cargos de Gestor Público em 2019



7. Outras atividades

Foram desenvolvidas diversas iniciativas com vista à melhoria da qualidade do serviço prestado pela CReSAP, destacando-se o *Benchmarking* com outras empresas e instituições, nacionais e internacionais, por forma a analisar e validar normas e procedimentos que têm vindo a ser postos em prática, contribuindo com isso para uma maior sustentação das propostas de âmbito estratégico que podem vir a ser apresentadas futuramente.

Do ponto de vista operacional a CReSAP, levou a efeito um conjunto de iniciativas, salientando-se como mais relevantes as seguintes:

- Alteração ao Regulamento de Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Seleção dos Cargos de Direção Superior na Administração Pública (Despacho n.º 4032/2016, Diário da República, de 21 de março), na sequência das conclusões da reunião plenária da CReSAP realizada em 14 de março de 2019 e que se encontra a aguardar publicação em Diário da República;
- Levantamento das necessidades de ajustamento dos processos relativos a procedimentos concursais e pareceres com vista à candidatura de um projeto de desmaterialização no âmbito do SAMA2020.

No âmbito da cooperação institucional e por solicitação e organização da DGAEP, foram realizadas apresentações e debates sobre questões emergentes relacionadas com recrutamento e seleção de gestores de topo na Administração Pública com delegações de países interessados em conhecer o quadro legal português e a experiência da sua aplicação. Concretamente a CReSAP recebeu as seguintes visitas técnicas:

- 31 de outubro de 2019: Bósnia - Direção do Departamento de Assuntos Jurídicos, Financeiros, RH e de Administração, do Ministério do Comércio Externo, Relações Económicas e Administração, Sarajevo. No âmbito do “*Fellowship Program for Young Government Officials from the Western Balkans Supporting Excellence and Leadership in Governance*”;
- 7 de novembro de 2019: Espanha - Direção Geral da Administração Pública de Espanha;
- 22 de novembro de 2019: Marrocos - Missão de Conselho para a Reforma da Governação Pública de Marrocos (Programa HAKAMA).

No âmbito do relacionamento com a Assembleia da República, através da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa (COFMA) ocorreram as seguintes audições da presidente da CReSAP:

- Em 13 de fevereiro de 2019 – Na sequência da aprovação de requerimento do PSD solicitando a audição da Senhora Presidente da CReSAP;
- Em 17 de julho de 2019 - Para apresentação do Relatório de Atividades de 2018, nos termos do artigo 17.º dos Estatutos da CReSAP.

8. Recursos

8.1. Recursos humanos

Em relação aos recursos humanos, para além da presidente e dos vogais permanentes, a CReSAP, de acordo com o estabelecido nos seus estatutos, conta com o apoio administrativo ao seu funcionamento da SGMF e o apoio técnico da DGAEP e do INA.

Assim e nos termos definidos no Regulamento Interno da CReSAP para a prestação deste apoio, a SGMF e o INA afetaram diretamente à CReSAP um conjunto de trabalhadores.

Figura 35 - Número de trabalhadores que apoiam o funcionamento da CReSAP, em 2019

| Carreira | Número | Organismo de origem |
|------------------------------------|--------|---------------------|
| Técnico superior | 2 | INA |
| Assistente técnico | 1 | INA |
| Assistente técnico | 1 | SGMF |
| Assistente operacional (motorista) | 1 | SGMF |

A CReSAP contou, até agosto de 2019, com a colaboração a meio tempo de um quadro superior do INFARMED para as funções de assessoria de imprensa.

Considera-se que os recursos humanos de apoio técnico e administrativo existentes na CReSAP são insuficientes face ao volume e à complexidade técnica do trabalho desenvolvido.

8.2. Recursos financeiros

O orçamento disponível para a CReSAP em 2019 foi de 670 588 €, inferior ao de 2018 e de 2017 que foram respetivamente de 677 643 € e de 728 243 €.

O orçamento de 2019 atribuído à CReSAP era à partida deficitário uma vez que não contemplava a globalidade das necessidades orçamentais para o ano, designadamente o valor da renda das instalações que corresponde a mais de 50% da dotação para aquisição de bens e serviços. Não tendo havido reforço orçamental mantiveram-se os constrangimentos financeiros referidos, tendo os mesmos transitado para 2020.

Figura 36 - Execução do orçamento da CReSAP 2019

| | Orçamento inicial (€) | Orçamento corrigido (€) | Execução (€) | Peso relativo |
|------------------------------|-----------------------|-------------------------|-------------------|---------------|
| Pessoal | 540 549,00 | 561 772,00 | 551 660,30 | 85% |
| Aquisição de bens e serviços | 105 439,00 | 83 478,00 | 73 474,56 | 11% |
| Despesa de capital | 24 600,00 | 25 338,00 | 25 052,64 | 4% |
| Total | 670 588,00 | 670 588,00 | 650 193,50 | 100% |

8.3. Recursos tecnológicos

Foi dada continuidade aos ajustamentos na infraestrutura tecnológica da CReSAP mantendo o software operacional e o sitio na internet em plataformas *Open Source*, reforçando a segurança e desempenho do conjunto destes meios.

Considerando que a plataforma informática de suporte aos procedimentos concursais foi desenvolvida em 2012 e não teve qualquer evolução tecnológica desde então torna-se necessária a sua renovação. No decorrer de 2019 foram levadas a efeito diversas reuniões internas bem como entre a CReSAP e o fornecedor de *software*, com vista a incorporar novos requisitos funcionais na plataforma, designadamente a evolução tecnológica entretanto ocorrida e os atuais aspetos de segurança e privacidade de dados, que dependendo da disponibilidade orçamental se esperam concretizar em 2020.

A par do contributo dos fornecedores privados no desenvolvimento e manutenção de software, a CReSAP contou com a colaboração da ESPAP para serviços de alojamento de dados, de correio eletrónico e de gestão de rede. O apoio a utilizadores, a instalação e manutenção dos postos de trabalho contou com a colaboração da SGMF.

A perspetiva de modernização e simplificação administrativa esteve sempre presente, com especial atenção à redução e controlo de custos tanto internos como externos.

9. Conclusões prospetivas

A CReSAP continua a identificar um conjunto de medidas que poderão vir a melhorar o seu funcionamento que inclui as já assinaladas no relatório de atividades de 2018:

- A alteração ao Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei 2/2004, 15 de janeiro, na sua versão atual), nas matérias relacionadas com o recrutamento e seleção dos dirigentes superiores da administração pública, e em conformidade o Estatuto da CReSAP;
- A criação de um mapa de pessoal afeto à CReSAP com reforço de recursos humanos qualificados nas áreas do Direito, da Gestão e dos Recursos Humanos;
- A formação específica, na área de recrutamento e seleção, para os recursos humanos envolvidos nas atividades da Comissão;
- A aquisição de novos instrumentos de avaliação de candidatos;
- A renovação e reengenharia da plataforma informática de suporte aos procedimentos concursais de forma a completar todo o processo concursal e reforçar todos os aspetos de segurança e privacidade;
- A desmaterialização do processo de emissão de pareceres para Gestores Públicos.

10. Anexos

Anexo I - Competências de gestão

Liderança

- Influencia o comportamento e atitudes de outras pessoas em contexto organizacional.
- Lidera projetos/programas/organizações de grande dimensão e com elevado grau de complexidade e responsabilidade.
- Lida com situações de pressão, encarando-as de forma positiva e levando a equipa a aderir às suas orientações.

Colaboração

- Cria sinergias com os elementos das equipas com que interage, comunicando de forma cordial e afável.
- Estabelece acordos e consensos com pessoas e grupos, atingindo objetivos que visam o aumento da eficácia e eficiência da organização.

Motivação

- Valoriza o trabalho pela satisfação que o mesmo lhe confere, mostrando-se entusiasmado e transmitindo esse entusiasmo às equipas que lidera.
- Mostra-se resiliente na execução de atividades que exigem esforço acrescido.

Orientação estratégica

- Planeia de forma estratégica as atividades que estão sob a sua responsabilidade.
- Atento à influência das suas decisões no futuro da organização, antecipando resultados e prevendo efeitos adversos.
- Demonstra coerência e linha de continuidade no pensamento estratégico.

Orientação para resultados

- Define resultados, metas e objetivos de forma determinada e mensurável.
- Desafia os outros e a si próprio, demonstrando-se enérgico na tomada de decisão.

Orientação para o cidadão e serviço de interesse público

- Presta serviço de qualidade aos utentes/clientes, promovendo na sociedade o aumento da confiança nas organizações onde colabora.
- Orienta a sua atividade respeitando os valores éticos e deontológicos do serviço público.

Gestão da mudança e inovação

- Adapta-se a novas situações, ultrapassando condicionalismos e resistências, aderindo a novos processos de gestão.
- Diagnostica necessidades de mudança e apoia ativamente a sua implementação.
- Mostra-se empreendedor com visão compreensiva dos diversos contextos para induzir novas soluções.

Sensibilidade social

- Participa em organizações ou atividades de cariz e intervenção social
- Orientado para atender às necessidades dos outros, tendo em consideração o bem comum

Experiência profissional

- Possui experiência profissional em cargos de gestão/direção/coordenação/chefia.
- Exerceu funções em diversas áreas de atividade profissional, demonstrando abrangência de conhecimento técnico e de gestão.

Formação académica

- Possui habilitação académica, no mínimo equivalente ao grau de licenciatura, relevante para o cargo a ocupar

Formação profissional

- Tem formação profissional em áreas diversificadas, nomeadamente de gestão de pessoas e de gestão pública.
- Possui formação profissional específica relacionada com o cargo a ocupar.

Aptidão para o cargo

- Mostra conhecimento da organização em causa, verificável através da pertinência e razoabilidade das ações principais que pensa poder vir a desenvolver.

Anexo II - Competências comportamentais

Determinação

- Capacidade para gerir situações que impliquem a obtenção de resultados tangíveis e mensuráveis.
- Capacidade para lidar com situações inesperadas, sendo capaz de tomar decisões assertivas mesmo que as mesmas não sejam consensuais.

Empatia

- Capacidade para gerir situações que impliquem influenciar e motivar o comportamento de outros.
- Capacidade para estabelecer relações de confiança, criando um ambiente favorável ao bem-estar das equipas.

Capacidade para antecipar consequências

- Capacidade para prever situações que possam ter influencia na qualidade do trabalho, conseguindo efetuar uma análise precisa dos factos conhecidos ou os que possam vir a ocorrer e que são fatores críticos de sucesso.
- Capacidade para coletar informação relevante, de forma individual ou grupal, analisando os dados disponíveis para conseguir estabelecer prioridade de atuação estratégica lidando com a imprevisibilidade das situações a ocorrer.

Capacidade para lidar com a ambiguidade

- Capacidade para motivar e influenciar as outras pessoas em contextos pouco estruturados ou aqueles que foram sujeitos a mudanças acentuadas na sua organização.
- Capacidade para lidar com opiniões estratégicas ambivalentes, conseguindo congregaer consensos de forma a tomar decisões sustentadas e refletidas.

Adaptabilidade

- Capacidade para lidar com diversos contextos nacionais e/ou internacionais em que a interação socio cultural implique uma compreensão de divergências e de concordâncias de pontos de vista no seio das equipas.
- Capacidade para flexibilizar o seu comportamento, respeitando as opiniões de outros levando-as em linha de conta na sua tomada de decisão.

Anexo III - Matriz de avaliação global nos procedimentos concursais

| Avaliação | Descrição |
|------------------------------------|---|
| Preferencialmente Adequado | Perfil com correspondência elevada aos requisitos do cargo, a nível técnico, comportamental e de gestão, tendo em conta os critérios de avaliação constantes do aviso de abertura deste procedimento concursal. |
| Adequado | Perfil com correspondência aos requisitos do cargo, a nível técnico, comportamental e de gestão, tendo em conta os critérios de avaliação constantes do aviso de abertura deste procedimento concursal. |
| Adequado com Condicionantes | Perfil com correspondência parcial aos requisitos do cargo, a nível técnico, comportamental e de gestão, tendo em conta os critérios de avaliação constantes do aviso de abertura deste procedimento concursal. |
| Não Adequado | Perfil sem correspondência aos requisitos do cargo, a nível técnico, comportamental e de gestão, tendo em conta os critérios de avaliação constantes do aviso de abertura deste procedimento concursal. |

Anexo IV - Procedimentos concursais que transitaram para 2019

| Nº do procedimento | Ministério | Organismo | Cargo |
|--|------------|---|--------------------------|
| 865_CReSAP_23_04/18 | PCM | Alto Comissariado para as Migrações | Vogal |
| 868_CReSAP_25_04/18 917_CReSAP_25_04/18 | MAFDR | Instituto do Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP) | Presidente |
| 873_CReSAP_29_05/18 | MEcon | Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE) | Diretor-Geral |
| 874_CReSAP_30_05/18 | MEcon | Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE) | Subdiretor-Geral |
| 876_CReSAP_31_05/18 | MTSSS | Centro Distrital de Évora do Instituto de Segurança Social, I.P. | Diretor |
| 883_CReSAP_37_05/18 | MTSSS | Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.) - Departamento de Recursos Humanos | Diretor |
| 885_CReSAP_39_06/18 | MF | Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos - UTAP | Coordenador |
| 886_CReSAP_41_07/18 | MTSSS | Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. | Presidente |
| 887_CReSAP_42_07/18 | MTSSS | Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. | Vice-Presidente |
| 889_CReSAP_43_07/18 | MTSSS | Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. | Vogal |
| 891_CReSAP_44_07/18 928_CReSAP_44_07/18 | MS | Direção-Geral da Saúde | Subdiretor-Geral |
| 895_CReSAP_45_07/18 | MTSSS | Autoridade para as condições do Trabalho (ACT) | Inspetor-Geral |
| 896_CReSAP_46_07/18 | MTSSS | Centro Distrital de Santarém do Instituto da Segurança Social, I.P. | Diretor |
| 897_CReSAP_47_08/18 | MAI | Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna | Secretário-Geral Adjunto |
| 898_CReSAP_48_08/18 | MTSSS | Centro Nacional de Pensões | Diretor Adjunto |
| 899_CReSAP_50_09/18 | MAFDR/MM | Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) | Subdiretor-Geral |
| 900_CReSAP_51_09/18 | MAFDR/MM | Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) | Subdiretor-Geral |
| 901_CReSAP_52_09/18 | MAFDR/MM | Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) | Subdiretor-Geral |
| 902_CReSAP_54_09/18 | MNE | Camões - Instituto da Cooperação e da Língua | Vogal |
| 903_CReSAP_55_09/18 | MEcon | Direção-Geral de Energia e Geologia | Diretor-Geral |
| 904_CReSAP_56_09/18 | MEcon | Direção-Geral de Energia e Geologia | Subdiretor-Geral |
| 905_CReSAP_57_09/18 | MEcon | Direção-Geral de Energia e Geologia | Subdiretor-Geral |
| 907_CReSAP_58_10/18 | MDN | Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional | Secretário-Geral |
| 908_CReSAP_59_10/18 | MDN | Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional | Secretário-Geral Adjunto |
| 909_CReSAP_60_10/18 | MDN | Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional | Subdiretor-Geral |

| Nº do procedimento | Ministério | Organismo | Cargo |
|---------------------|------------|---|-----------------------|
| 910_CReSAP_61_10/18 | MDN | Inspeção-Geral da Defesa Nacional | Inspetor-Geral |
| 912_CReSAP_66_10/18 | MS | Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P. | Vogal |
| 913_CReSAP_62_10/18 | MF | Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.) | Presidente |
| 914_CReSAP_63_10/18 | MF | Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.) | Vice-Presidente |
| 915_CReSAP_64_10/18 | MF | Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.) | Vogal |
| 916_CReSAP_65_10/18 | MF | Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.) | Vogal |
| 919_CReSAP_68_10/18 | MTSSS | Centro Distrital de Viseu do Instituto da Segurança Social, I.P. | Diretor |
| 921_CReSAP_71_11/18 | ME | Direção-Geral da Educação | Subdiretor-Geral |
| 922_CReSAP_69_11/18 | MTSSS | Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens - CNPDPCJ | Presidente |
| 923_CReSAP_70_11/18 | MTSSS | Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens - CNPDPCJ | Vice-Presidente |
| 932_CReSAP_72_12/18 | MATE | Agência Portuguesa do Ambiente,IP | Vice-Presidente |
| 933_CReSAP_73_12/18 | MATE | Agência Portuguesa do Ambiente,IP | Vogal |
| 934_CReSAP_74_12/18 | ME | Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, I. P.) | Presidente |
| 936_CReSAP_75_12/18 | ME | Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, I. P.) | Vice-Presidente |
| 937_CReSAP_76_12/18 | ME | Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, I. P.) | Vogal |
| 938_CReSAP_77_12/18 | ME | Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, I. P.) | Vogal |
| 942_CReSAP_78_12/18 | MTSSS | Centro de Relações Laborais - CRL | Coordenador Executivo |
| 943_CReSAP_79_12/18 | MDN | Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P. - IASFA | Vogal |
| 948_CReSAP_81_12/18 | PCM | AGIF - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. | Presidente |
| 949_CReSAP_82_12/18 | PCM | AGIF - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. | Vogal |
| 950_CReSAP_83_12/18 | PCM | AGIF - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. | Vogal |
| 951_CReSAP_84_12/18 | MEcon | IPQ, I.P. - Instituto Português de Qualidade, I.P. | Vogal |

Anexo V - Pedidos de abertura de procedimentos concursais em 2019

| Nº do procedimento | Ministério | Organismo | Cargo |
|--|------------|---|--------------------------|
| 952_CReSAP_01_01/19 | MF | Direção-Geral da Administração e do Emprego Público - DGAEP | Diretor-Geral |
| 958_CReSAP_03_01/19 | MAFDR/MM | Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve | Diretor Regional Adjunto |
| 959_CReSAP_04_01/19 | MAFDR/MM | Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte - Braga | Diretor Regional Adjunto |
| 960_CreSAP_05_01/19 | MAFDR/MM | Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte - Mirandela | Diretor Regional Adjunto |
| 961_CReSAP_06_01/19 | MDN | Polícia Judiciária Militar - PJM | Diretor-Geral |
| 963_CReSAP_07_01/19 | MDN | Instituto da Defesa Nacional - IDN | Diretor-Geral |
| 964_CReSAP_08_01/19 | MPI | Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. | Presidente |
| 965_CReSAP_09_01/19 | MPI | Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. | Vogal |
| 966_CReSAP_10_01/19 | MPI | Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. | Vogal |
| 967_CReSAP_11_01/19 1010_CReSAP_11_01/19 | MF | Direção-Geral do Orçamento | Subdiretor-Geral |
| 969_CReSAP_12_01/19 | MF | GPEARI - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais | Diretor-Geral |
| 970_CReSAP_13_01/19 | MF | GPEARI - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais | Subdiretor-Geral |
| 972_CReSAP_14_01/19 | MS | GPEARI - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais | Subdiretor-Geral |
| 973_CReSAP_15_02/19 1053_CReSAP_15_02/19 | ME | Autoridade para a Prevenção e o Combate à Violência no Desporto | Presidente |
| 974_CReSAP_19_02/19 1028_CReSAP_19_02/19 | MJ | Instituto dos Registos e Notariado, I.P. | Presidente |
| 1044_CReSAP_20_02/19 975_CReSAP_20_02/19) | MJ | Instituto dos Registos e Notariado, I.P. | Vice-Presidente |
| 976_CResAP_21_02/19 | MJ | Instituto dos Registos e Notariado, I.P. | Vogal |
| 978_CReSAP_22_02/19 | ME/MTSSS | Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. - ANQEP | Presidente |
| 980_CReSAP_25_02/19 | MEcon | Instituto Português de Acreditação, I. P. - IPAC | Presidente |
| 981_CReSAP_26_02/19 | MEcon | Instituto Português de Acreditação, I. P. - IPAC | Vice-Presidente |
| 982_CReSAP_27_03/19 | MF | Direção-Geral do Tesouro e Finanças | Diretor-Geral |
| 985_CReSAP_28_03/19 1045_CReSAP_28_03/19 | MDN | Direção-Geral de Política de Defesa Nacional - DGPDN | Subdiretor-Geral |
| 987_CReSAP_31_03/19 | MAFDR | Instituto da Vinha e do Vinho, I.P. (IVV,IP) | Vice-Presidente |
| 988_CReSAP_33_04/19 | MTSSS | Direção-Geral da Segurança Social | Subdiretor-Geral |
| 989_CReSAP_34_04/19 | MTSSS | Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. | Vice-Presidente |

| Nº do procedimento | Ministério | Organismo | Cargo |
|----------------------|------------|---|-----------------------------|
| 990_CReSAP_35_04/19 | MAFDR | Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV, IP) | Presidente |
| 992_CReSAP_36_04/19 | ME | Conselho de Administração da Editorial - EMEC | Vogal |
| 996_CReSAP_39_04/19 | MC | Direção Regional de Cultura do Centro | Diretor Regional |
| 997_CReSAP_40_04/19 | MC | Direção Regional de Cultura do Algarve | Diretor Regional |
| 998_CReSAP_42_05/19 | MJ | Secretaria-Geral do Ministério da Justiça - SGMJ | Secretário-Geral Adjunto |
| 999_CReSAP_43_05/19 | MAI | Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária - ANSR | Presidente |
| 1000_CReSAP_44_05/19 | MAI | Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária - ANSR | Vice-Presidente |
| 1002_CReSAP_45_05/19 | MAFDR | Direção-Geral de Alimentação e Veterinária | Subdiretor-Geral |
| 1007_CReSAP_46_05/19 | MS | Administração Regional de Saúde do Norte | Presidente |
| 1008_CReSAP_47_05/19 | MCTES | Centro Científico e Cultural de Macau, I. P. | Presidente |
| 1009_CReSAP_48_06/19 | MS | Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge - INSA | Vogal |
| 1014_CReSAP_49_06/19 | MS | Autoridade Antidopagem de Portugal | Presidente |
| 1015_CReSAP_50_06/19 | MJ | Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I.P. | Presidente |
| 1016_CReSAP_51_06/19 | MJ | Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I.P. | Vice-Presidente |
| 1018_CReSAP_52_06/19 | MJ | ACT - Autoridade para as condições do Trabalho | Vogal |
| 1020_CReSAP_54_07/19 | MTSSS | Centro Distrital de Portalegre do Instituto da Segurança Social, I.P. | Diretor de Segurança Social |
| 1021_CReSAP_55_07/19 | MJ | Direção-Geral da Política de Justiça | Diretor-Geral |
| 1022_CReSAP_56_07/19 | MAFDR/MM | Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo | Diretor Regional Adjunto |
| 1023_CReSAP_57_07/19 | MF | Autoridade Tributária e Aduaneira | Subdiretor-Geral |
| 1024_CReSAP_59_07/19 | MF | Autoridade Tributária e Aduaneira | Diretor de Finanças |
| 1026_CReSAP_60_07/19 | MAFDR/MM | Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro - Castelo Branco | Diretor Regional Adjunto |
| 1027_CReSAP_61_07/19 | MAFDR/MM | Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro - Coimbra | Diretor Regional Adjunto |
| 1030_CReSAP_63_07/19 | MAFDR | Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural | Subdiretor-Geral |
| 1032_CReSAP_65_08/19 | MJ | Direção-Geral da Política de Justiça | Subdiretor-Geral |
| 1033_CReSAP_66_08/19 | MJ | Direção-Geral da Administração da Justiça | Subdiretor-Geral |
| 1034_CReSAP_67_08/19 | MTSSS | Centro Distrital de Vila Real do Instituto de Segurança Social, I.P. | Diretor |
| 1035_CReSAP_68_08/19 | MTSSS | Centro Distrital de Bragança do Instituto de Segurança Social, I.P. | Diretor |

| Nº do procedimento | Ministério | Organismo | Cargo |
|----------------------|------------|---|-------------------|
| 1036_CReSAP_69_08/19 | MTSSS | Centro Distrital de Lisboa do Instituto de Segurança Social, I.P. | Diretor |
| 1038_CReSAP_70_08/19 | MTSSS | Centro Distrital de Lisboa do Instituto de Segurança Social, I.P. | Diretor Adjunto |
| 1039_CReSAP_71_09/19 | MEcon | Autoridade de Segurança Alimentar e Económica - ASAE | Subinspetor-Geral |
| 1041_CReSAP_72_09/19 | MAI | Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna | Secretário-Geral |
| 1042_CReSAP_73_10/19 | MF | Direção-Geral do Tesouro e Finanças | Subdiretor-Geral |
| 1043_CReSAP_74_10/19 | MF | Direção-Geral do Tesouro e Finanças | Subdiretor-Geral |
| 1046_CReSAP_75_11/19 | MDN | Inspeção-Geral da Defesa Nacional | Inspetor-Geral |
| 1051_CReSAP_78_12/19 | MAFDR | Direção-Geral de Alimentação e Veterinária | Diretor |

Anexo VI - Procedimentos concursais concluídos em 2019

| Nº do procedimento | Ministério | Organismo | Cargo |
|---|------------|---|------------------|
| 865_CReSAP_23_04/18 | PCM | Alto Comissariado para as Migrações | Vogal |
| 868_CReSAP_25_04/18 917_CReSAP_25_04/18 | MAFDR/MM | Instituto do Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP) | Presidente |
| 873_CReSAP_29_05/18 | MEcon | Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE) | Diretor-Geral |
| 874_CReSAP_30_05/18 | MEcon | Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE) | Subdiretor-Geral |
| 876_CReSAP_31_05/18 | MTSSS | Centro Distrital de Évora do Instituto de Segurança Social, I.P. | Diretor |
| 883_CReSAP_37_05/18 | MTSSS | Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.) - DRH | Diretor |
| 885_CReSAP_39_06/18 956_CReSAP_39_06/18 | MF | Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos - UTAP | Coordenador |
| 886_CReSAP_41_07/18 | MTSSS | Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. | Presidente |
| 887_CReSAP_42_07/18 | MTSSS | Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. | Vice-Presidente |
| 889_CReSAP_43_07/18 | MTSSS | Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. | Vogal |
| 891_CReSAP_44_07/18 928_CReSAP_44_07/18 | MS | Direção-Geral da Saúde | Subdiretor-Geral |
| 895_CReSAP_45_07/18 | MTSSS | Autoridade para as condições do Trabalho (ACT) | Inspetor-Geral |
| 896_CReSAP_46_07/18 | MTSSS | Centro Distrital de Santarém do Instituto de Segurança Social, I.P. | Diretor |
| 898_CReSAP_48_08/18 | MTSSS | Centro Nacional de Pensões | Diretor Adjunto |
| 899_CReSAP_50_09/18 1019_CReSAP_50_09/18 | MAFDR/MM | Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) | Subdiretor-Geral |
| 900_CReSAP_51_09/18 | MAFDR/MM | Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) | Subdiretor-Geral |
| 901_CReSAP_52_09/18 | MAFDR/MM | Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) | Subdiretor-Geral |
| 902_CReSAP_54_09/18 | MNE | Camões - Instituto da Cooperação e da Língua | Vogal |
| 907_CReSAP_58_10/18 | MDN | Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional | Secretário-Geral |
| 908_CReSAP_59_10/18 993_CReSAP_59_10/18 | MDN | Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional | Secretário-Geral |
| 910_CReSAP_61_10/18 | MDN | Inspeção-Geral da Defesa Nacional | Inspetor-Geral |
| 912_CReSAP_66_10/18 | MS | Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P. | Vogal |
| 913_CReSAP_62_10/18 | MF | Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.) | Presidente |
| 914_CReSAP_63_10/18 | MF | Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.) | Vice-Presidente |
| 915_CReSAP_64_10/18 | MF | Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.) | Vogal |

| Nº do procedimento | Ministério | Organismo | Cargo |
|---|------------|---|--------------------------|
| 916_CReSAP_65_10/18 | MF | Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.) | Vogal |
| 919_CReSAP_68_10/18 | MTSSS | Centro Distrital de Viseu do Instituto de Segurança Social, I.P. | Diretor |
| 921_CReSAP_71_11/18 | ME | Direção-Geral da Educação | Subdiretor-Geral |
| 922_CReSAP_69_11/18 | MTSSS | Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens - CNPDPCJ | Presidente |
| 923_CReSAP_70_11/18 | MTSSS | Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens - CNPDPCJ | Vice-Presidente |
| 932_CReSAP_72_12/18 | MATE | Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. - APA | Vice-Presidente |
| 933_CReSAP_73_12/18 | MATE | Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. - APA | Vogal |
| 934_CReSAP_74_12/18 | ME | Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, IP) | Presidente |
| 936_CReSAP_75_12/18 | ME | Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, IP) | Vice-Presidente |
| 937_CReSAP_76_12/18 | ME | Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, IP) | Vogal |
| 938_CReSAP_77_12/18 | ME | Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, IP) | Vogal |
| 942_CReSAP_78_12/18 | MTSSS | Centro de Relações Laborais - CRL | Coordenador Executivo |
| 943_CReSAP_79_12/18 | MDN | Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P. - IASFA | Vogal |
| 948_CReSAP_81_12/18 | PCM | AGIF - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. | Presidente |
| 949_CReSAP_82_12/18 1001_CReSAP_82_12/18 | PCM | AGIF - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. | Vogal |
| 950_CReSAP_83_12/18 | PCM | AGIF - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. | Vogal |
| 951_CReSAP_84_12/18 | MEC | IPQ, I.P. - Instituto Português de Qualidade, I.P. | Vogal |
| 958_CReSAP_03_01/19 | MAFDR/MM | Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve | Diretor Regional Adjunto |
| 959_CReSAP_04_01/19 | MAFDR/MM | Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte - Braga | Diretor Regional Adjunto |
| 960_CReSAP_05_01/19 | MAFDR/MM | Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte - Mirandela | Diretor Regional Adjunto |
| 961_CReSAP_06_01/19 | MDN | Polícia Judiciária Militar - PJM | Diretor-Geral |
| 963_CReSAP_07_01/19 | MDN | Instituto da Defesa Nacional - IDN | Diretor-Geral |
| 967_CReSAP_11_01/19 1010_CReSAP_11_01/19 | MF | Direção-Geral do Orçamento | Subdiretor-Geral |
| 969_CReSAP_12_12/19 | MF | GPEARI - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais | Diretor-Geral |
| 970_CReSAP_13_12/19 | MF | GPEARI - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais | Subdiretor-Geral |
| 972_CReSAP_14_12/19 | MF | GPEARI - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais | Subdiretor-Geral |
| 974_CReSAP_19_02/19 1028_CReSAP_19_02/19 | MJ | Instituto dos Registos e Notariado, I.P. | Presidente |
| 976_CReSAP_21_02/19 | MJ | Instituto dos Registos e Notariado, I.P. | Vogal |

| Nº do procedimento | Ministério | Organismo | Cargo |
|----------------------|------------|--|-------------------|
| 978_CReSAP_22_02/19 | ME/MTSSS | Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. - ANQEP | Presidente |
| 986_CReSAP_29_03/19 | MTSSS | Autoridade para as Condições do Trabalho | Subinspetor-Geral |
| 1008_CReSAP_47_05/19 | MCTES | Centro Científico e Cultural de Macau, I. P. | Presidente |

Anexo VII - Pareceres emitidos em 2019 (por ordem de pedido)

| Entidade | Organismo |
|--|--|
| Ministro da Saúde | Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. |
| Secretário de Estado da Educação | IAVE - Instituto de Avaliação Educativa, I.P. |
| Ministro do Ambiente e da Transição Energética | Transtejo, S.A. e Soflusa, S.A. |
| Secretário de Estado Adjunto e das Finanças | Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. |
| Ministro do Ambiente e da Transição Energética | IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. |
| Ministro da Saúde | Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E. |
| Ministro da Saúde | Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E. |
| Ministro da Saúde | Infarmed - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P. |
| Ministro da Saúde | Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E. |
| Ministro da Saúde | Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E. |
| Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza | Comissão Liquidatária da Costapólis, S.A. |
| Ministro do Ambiente e da Transição Energética | Metropolitano de Lisboa, E.P.E. |
| Ministro da Saúde | Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E. |
| Secretário de Estado Adjunto e das Finanças | PARUPS, S.A. |
| Secretário de Estado Adjunto e das Finanças | PARVALOREM, S.A. |
| Secretário de Estado do Tesouro | Fundiestamo SGFII, SA |
| Ministro do Ambiente e da Transição Energética | Metropolitano de Lisboa, E.P.E. |
| Secretário de Estado Adjunto e das Finanças | ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões |
| Ministra da Saúde | Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E. |
| Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural | IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. |
| Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação | SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira e de Crédito, S.A. |
| Ministra da Saúde | Centro Hospitalar Universitário de São João, E.P.E. |
| Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural | Florestgal - Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestaç, S.A. |
| Ministra da Saúde | Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. |
| Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior | Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. |

| Entidade | Organismo |
|--|--|
| Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural | PDR 2020 - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente |
| Ministra da Saúde | Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E. |
| Ministra da Saúde | Hospital Garcia da Horta, E.P.E. |
| Ministra da Saúde | Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. |
| Ministra da Saúde | Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto IV - Póvoa do Varzim/ Vila do Conde |
| Ministra da Saúde | Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga II - Aveiro Norte |
| Ministra da Saúde | Agrupamento de Centros de Saúde Cávado II - Gerês Cabreira |
| Ministra do Mar | Administração do Porto de Aveiro,S.A. |
| Ministra da Saúde | Vice Presidente da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. |
| Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e Secretário de Estado Adjunto e das Finanças | Sofid - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A. |
| Ministro da Defesa Nacional | Empordef - Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A |
| Ministro da Defesa Nacional | Empordef - Tecnologias de Informação S.A |
| Ministra da Saúde | Agrupamento de Centros de Saúde da Cova da Beira |
| Ministra da Saúde | Agrupamento de Centros de Saúde Cávado III - Barcelos/Esposende |
| Ministro do Ambiente e da Transição Energética | EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. |
| Ministra da Saúde | Hospital de Braga, E.P.E. |
| Secretário de Estado Adjunto e das Finanças | UTAP - Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos |
| Ministra da Saúde | Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto III - Maia/Valongo |
| Ministro Adjunto e da Economia | AdC - Autoridade da Concorrência |
| Ministra da Saúde | Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E. |
| Ministro do Ambiente e da Transição Energética | Metro do Porto, S.A. |
| Ministra da Saúde | Agrupamento de Centros de Saúde Almada Seixal |
| Ministra da Saúde | Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Central |
| Secretário de Estado do Tesouro | Fundiestamo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. |
| Ministra da Saúde | Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E. |
| Secretária de Estado do Turismo | Turismo Fundos - SGFII, S.A. |

| Entidade | Organismo |
|---|---|
| Ministra da Saúde | ACES Alentejo Central |
| Ministro do Ambiente e da Transição Energética | Metro do Porto, S.A. |
| Ministra da Saúde | IPO - Instituto Português de Oncologia do Porto, E.P.E. |
| Ministra da Saúde | Centro Hospitalar de Leiria, E. P. E. |
| Ministra da Saúde | Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira, E.P. E. |
| Ministra da Saúde | Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. |
| Ministro do Ambiente e da Transição Energética | EDMi - Empresa de Projetos Imobiliários, S.A. |
| Ministra da Saúde | Infarmed - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P. |
| Ministra da Saúde | Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E. |
| Ministro Adjunto e da Economia | IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. |
| Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações | NAV - Navegação Aérea de Portugal, E.P.E. |
| Ministro do Ambiente e da Transição Energética | Águas do Centro Litoral, S.A. |
| Secretária de Estado do Turismo | Turismo Fundos - SGFII, S.A. |
| Ministra da Saúde | Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto II - Gondomar |
| Ministra da Cultura | OPART, Organismos de Produção Artística, E.P.E. |
| Ministra do Mar | Programa Operacional Mar 2020 |
| Ministro do Ambiente e da Transição Energética | Águas do Alto Minho, S.A. |
| Ministro do Planeamento | Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Norte |
| Ministra da Saúde | Agrupamento de Centros de Saúde de Trás-os-Montes - Alto Tâmega e Barroso |
| Ministra da Saúde | Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega II - Vale do Sousa Sul |
| Ministro das Infraestruturas e da Habitação | CP - Comboios de Portugal, E.P.E. |
| Secretário de Estado das Infraestruturas | Metro – Mondego,S.A. |
| Ministra da Saúde | Agrupamento de Centros de Saúde de Entre Douro e Vouga I - Feira / Arouca |
| Secretária de Estado da Habitação | IHRU - Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana |
| Ministra da Saúde | Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Ave |
| Ministro das Infraestruturas e da Habitação | CP - Comboios de Portugal, E.P.E. |

| Entidade | Organismo |
|--|---|
| Ministra da Saúde | Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto VIII - Espinho/Gaia |
| Ministra da Saúde | Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro E.P.E. |
| Ministro das Infraestruturas e da Habitação | CP - Comboios de Portugal, E.P.E. |
| Ministra da Saúde | Hospital de Braga, E.P.E. |
| Ministro das Infraestruturas e da Habitação | Metro do Mondego, S.A. |
| Ministro das Infraestruturas e da Habitação | NAV - Navegação Aérea de Portugal, E.P.E. |
| Secretário de Estado do Tesouro | Fundiamento - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. |
| Ministro do Ambiente e da Transição Energética | Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. |
| Ministra da Saúde | Hospital de Santa Maria Maior, E.P.E. - Barcelos |
| Ministra da Saúde | Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, E.P.E. |
| Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural | Florestgal - Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A. |
| Ministro do Ambiente e da Transição Energética | MOBI. E, S.A. - Mobilidade Elétrica |
| Ministra do Mar | Docapesca - Portos e Lotas, S.A. |
| Secretário de Estado do Tesouro | Estamo - Participações Imobiliárias, S.A. |
| Ministra da Saúde | Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E. |
| Ministra da Saúde | Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E. |
| Ministra da Saúde | Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, E.P.E. |
| Ministro da Educação | Parque Escolar, E.P.E. |
| Ministro do Ambiente e da Ação Climática | EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. |
| Ministro da Administração Interna | SIRESP - Gestão de Redes Digitais de Segurança e Emergência, S.A. |
| Ministro da Defesa Nacional | Secretário-Geral Adjunto do MDN |
| Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital | Turismo Fundos - SGFII, S.A. |
| Ministra da Cultura | Organismo de Produção Artística - OPART, E.P.E. |
| Ministra da Saúde | Hospital de Braga, E.P.E. |

Anexo VIII – Execução Orçamental a 31 de dezembro de 2019 (Euros)

| Classificação Económica | Corrigido Líquido de Cativos | Cabimentos | Dotação Disponível | Total de Compromissos | Despesas Pagas |
|-------------------------|------------------------------|------------|--------------------|-----------------------|----------------|
| D0101030000 | 263 074,00 | 263 073,12 | 0,88 | 263 073,12 | 263 073,12 |
| D0101110000 | 96 555,00 | 96 554,16 | 0,84 | 96 554,16 | 96 554,16 |
| D0101130000 | 6 416,00 | 6 415,65 | 0,35 | 6 415,65 | 6 415,65 |
| D010114SF00 | 21 983,00 | 21 982,07 | 0,93 | 21 982,07 | 21 982,07 |
| D010114SN00 | 21 983,00 | 21 982,07 | 0,93 | 21 982,07 | 21 982,07 |
| D0101150000 | 499,00 | 498,44 | 0,56 | 498,44 | 498,44 |
| D0102020000 | 13 108,00 | 12 649,79 | 458,21 | 12 649,79 | 12 654,56 |
| D0102140000 | 392,00 | 391,39 | 0,61 | 391,39 | 339,52 |
| D0103020000 | 3 071,00 | 2 075,94 | 995,06 | 2 075,94 | 2 075,94 |
| D010302A009 | 6 940,00 | 6 939,24 | 0,76 | 6 939,24 | 6 909,24 |
| D010305A0A0 | 78 177,00 | 77 176,57 | 1 000,43 | 77 176,57 | 77 176,07 |
| D010305A0B0 | 23 010,00 | 21 709,04 | 1 300,96 | 21 709,04 | 21 709,04 |
| D010305A0C0 | 24 382,00 | 20 881,89 | 3 500,11 | 20 881,89 | 18 119,41 |
| D010305A0C9 | 2 182,00 | 2 181,78 | 0,22 | 2 181,78 | 2 181,78 |
| D0201020000 | 2 650,00 | 2 449,54 | 200,46 | 2 449,54 | 3 649,62 |
| D0201040000 | 356,00 | 192,86 | 163,14 | 192,86 | 192,86 |
| D020108A000 | 746,00 | 295,75 | 450,25 | 295,75 | 295,75 |
| D020108B000 | 2 100,00 | 898,88 | 1 201,12 | 898,88 | 898,88 |
| D020108C000 | 186,00 | 148,72 | 37,28 | 148,72 | 148,72 |
| D0201210000 | 1 588,00 | 674,21 | 913,79 | 674,21 | 974,21 |
| D020201B000 | 11 539,00 | 10 953,65 | 585,35 | 10 165,05 | 8 409,22 |
| D0202020000 | 12 037,00 | 12 036,05 | 0,95 | 12 034,96 | 12 034,96 |
| D0202030000 | 807,00 | 806,76 | 0,24 | 806,76 | 806,76 |
| D020204C000 | 31 500,00 | 31 500,00 | 0,00 | 31 500,00 | 31 500,00 |
| D0202060000 | 5 159,00 | 5 158,66 | 0,34 | 4 761,84 | 4 761,84 |
| D020209A000 | 87,00 | 86,10 | 0,90 | 86,10 | 86,10 |
| D020209C000 | 533,00 | 458,34 | 74,66 | 97,53 | 97,53 |
| D020209C009 | 12,00 | 11,88 | 0,12 | 11,88 | 11,88 |
| D020209D000 | 1 100,00 | 1 100,00 | 0,00 | 1 017,92 | 65,68 |
| D020209D009 | 7,00 | 6,97 | 0,03 | 6,97 | 6,97 |
| D020209F000 | 66,00 | | 66,00 | | |
| D0202100000 | 2 172,00 | 2 139,90 | 32,10 | 2 139,90 | 2 056,00 |
| D020217A000 | 8,00 | 7,71 | 0,29 | 7,71 | 7,71 |
| D020219A0A0 | 1 473,00 | 1 472,31 | 0,69 | 0,00 | |
| D020220A0C0 | 8 610,00 | 8 610,00 | 0,00 | 8 610,00 | 8 610,00 |
| D020225E000 | 432,00 | 128,39 | 303,61 | 128,39 | 128,39 |
| D030502J000 | 16,00 | 15,52 | 0,48 | 15,52 | 15,52 |
| D0306010000 | 18,00 | 17,53 | 0,47 | 17,53 | 17,53 |

| Classificação Económica | Corrigido Líquido de Cativos | Cabimentos | Dotação Disponível | Total de Compromissos | Despesas Pagas |
|-------------------------|------------------------------|------------|--------------------|-----------------------|----------------|
| D060201A000 | 276,00 | 275,40 | 0,60 | 275,40 | 275,40 |
| D070108A0B0 | 24 600,00 | 24 600,00 | 0,00 | 24 600,00 | 24 600,00 |
| D070109A0B0 | 738,00 | 452,64 | 285,36 | 452,64 | 452,64 |
| Soma | 670 588,00 | 659 008,92 | 11 579,08 | 655 907,21 | 651 775,24 |